

Nº 251
Junho/91
Cr\$ 250,00

EM TEMPO:

Esta publicação é de caráter interno do PT e distribuída única e exclusivamente a seus filiados

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

Greve geral desafia plano neoliberal



Operário da Brastemp de São Bernardo do Campo - 22/5/91 - Ag. Folhas - Jorge Araujo

Neoliberalismo: Eduardo Galeano/René Dumont

***Socialismo: Pilla Vares/Olívio Dutra
Claus Germer/Ronald Carvalho***

Especial: A crítica ao "socialismo de mercado"

O que é moderno?

Nada poderia ser mais moderno do que isto: cidadãos trabalhadores cruzarem os braços em um gesto clássico de indignação e protesto diante do ciclo interminável de tragédias em que se transformou a política econômica do país.

E, no entanto, este templo do liberalismo mal resolvido e ardoroso defensor do mercado que é a **Folha de São Paulo** dourou a sua cobertura panfletária da greve dos dias 22 e 23 com um artigo do ex-cinema novo Arnaldo Jabor, uma verdadeira pérola de "modernidade". Jabor fala da greve como fruto de "mentes arcaicas", de uma concepção do "realismo socialista", da face "angry" (nervosa, em inglês) de Menegueli, etc.

Quando os trabalhadores fazem greves por salário e emprego são xingados de "corporativos". Quando se movem claramente para o terreno da política - sim, a greve dos dias 22 e 23 foi uma greve geral política - são desqualificados como arcaicos. Fica claro: para estes senhores, os trabalhadores não devem apenas suportar passivamente o inferno mas - ainda - posar com uma face leve e descontraída.

Abrimos esta edição discutindo a greve e o futuro do nosso movimento.

Raul Pont aborda de forma preliminar a polêmica sobre o sistema de governo.

A edição prossegue com as contribuições do escritor uruguaio Eduardo Galeano e do geógrafo e ecologista René Dumont sobre as calamidades (muito piores, diga-se, de passagem do que as vividas pelo Leste europeu) provocadas pelo capitalismo no Terceiro Mundo, em especial na África.

Eduardo Albuquerque discute criticamente as contribuições do economista Alec Nove - **A economia do socialismo possível** - para o debate sobre a transição ao socialismo. Ao mesmo tempo, recupera as opiniões no debate de Ernest Mandel, Perry Anderson e Diane Elson.

Cobrimos os trechos principais das falas de Pilla Vares, Claus Germer e Olívio Dutra no massivo painel "Em defesa do marxismo", realizado em Porto Alegre. Ronald Rocha comparece com a réplica ao artigo de Tarso Genro, publicado na última edição.

Otaviano Carvalho, com o foco em Vitória, inaugura uma série de artigos de balanço das administrações populares.

A edição finaliza com um artigo do companheiro Nilo Rosa, um balanço crítico do movimento negro. A igualdade racial - esta antiquíssima mas muito moderna reivindicação da humanidade - precisa pulsar com mais força em nosso movimento político. □

Formas novas

Esta é a terceira edição em que fazemos a experiência de um novo projeto gráfico e editorial para o **EM TEMPO**. O novo formato gráfico e visual - elaborado pela

companheira Maria Regina Pilla - responde a intenção de moldar a publicação na direção de um mensário voltado para a crítica teórica, as reflexões analíticas, a polêmica e a opinião, sem perder nunca o fio de ligação com os grandes desafios práticos da hora. A capa branca e monotemática, a introdução de uma apresentação e índice, a organização da página em duas colunas, o maior uso de ilustrações, o aumento do número de páginas para 24 refletem este esforço.

Mas há certamente um campo enorme para novos avanços até a publicação conseguir se fixar em uma fórmula definitiva.

Temos enriquecido as nossas páginas com as contribuições e polêmicas de companheiros de outras tendências do PT. Temos divulgado sistematicamente material crítico à ideologia neoliberal e discutido francamente as linhas da crise e renovação do marxismo. Manteremos sempre um acompanhamento analítico das grandes mudanças em curso no cenário internacional. Mas o centro de nossas atenções continuará sendo o de alimentar a elaboração e o desenvolvimento de uma alternativa democrática-popular para a grande crise que sitia a sociedade brasileira.

Em seu décimo terceiro ano de existência, o **EM TEMPO** esforça-se para se aprimorar como um dos órgãos da democracia partidária petista, um instrumento reconhecido como formador de uma cultura revolucionária e socialista. □

Índice :

03 Nacional: A greve e o futuro - Juarez Guimarães

05 Nacional: As formas da crise - Raul Pont

06 Neoliberalismo: O desprezo como destino - Eduardo Galeano

07 Neoliberalismo: O liberalismo nos conduz à morte - René Dumont

09 Administrações populares: Retrato em branco e preto - Otaviano Carvalho

12 Socialismo: A crítica do "socialismo de mercado" - Eduardo Albuquerque

15 Socialismo: Em defesa do marxismo - Pilla Vares, Claus Germer e Olívio Dutra

17 Socialismo: O direitismo e a reforma desavergonhada - Ronald Rocha

18 IV Internacional: Um Congresso de transição - João Machado

19 Especial: Resoluções do 13º Congresso da IV Internacional (Segunda parte)

24 Negros: O vermelho e o negro

A greve e o futuro

Juarez Guimarães

A greve geral dos dias 22 e 23 de maio - o primeiro movimento político nacional de massas contra o governo Collor - guarda todas as características da reentrada dos trabalhadores na cena nacional. Apenas este fator já indica o incalculável valor positivo desta experiência, que ultrapassa em muito as suas evidentes fraturas organizativas, os limites claros de sua expansão para setores importantes da classe trabalhadora (a começar por São Bernardo do Campo).

A postura ideológica firme demonstrada pela direção da CUT ao manter a greve contra todos os riscos, hesitações e advertências, a combatividade demonstrada por uma larga faixa de militantes que enfrentaram a violência policial nos piquetes e o disseminado descontentamento com o governo Collor explicam porque a greve dos dias 22 e 23 conseguiu se impor sobre as quatro barreiras que contra ela se levantaram.

A primeira barreira foi a pressão da recessão e do desemprego, que explicam em boa medida a precária adesão à greve nas categorias fabris. De acordo com levantamento divulgado pelo IBGE no dia 24 de maio, a recessão atual é a maior da história alcançando o índice de -6,87% no primeiro ano do governo Collor. A produção industrial recuou 13%.

O segundo obstáculo foi a verdadeira barragem de fogo contra a greve orquestrada pelos meios de comunicação. Unificados ideologicamente pelo ideário neoliberal - o mesmo que provoca a cessação do trabalho de forma estrutural para milhões através do desemprego massivo - a mídia atacou a proposta de greve furiosamente, como comportamento intolerável e antiquado à luz dos novos tempos de apologia ao mercado. Fica cada vez mais evidente a contradição entre o avanço do movimento democrático-popular e o monopólio dos meios de comunicação, num momento em que os sentimentos da maioria da sociedade - inclusive por pesquisas divulgadas por vários institutos - se opõem à atual política econômica.

A terceira barreira foi a atuação da Força Sindical que, a partir de suas cabeças-de-ponte no movimento sindical, com sua presença amplificada pelos meios de comunicação, demonstrou o seu potencial de desorganização do movimento dos trabalhadores. Uma barreira duradoura e que está a exigir da CUT a elaboração de uma política mais definida e como cercar e isolar esta corrente ideologicamente burguesa no interior do movimento sindical.

O último obstáculo deve ser encontrado nos impasses que o próprio PT e a CUT vêm demonstrando no último período. A greve dos dias 22 e 23 não culminou uma linha consciente de construção de seus pressupostos e teve muito menos cobertura política e institucional por parte do PT do que, por exemplo, a experiência de greve geral de março de 1989. Há cerca de seis meses atrás, a direção da CUT estava dividida e, por estreita maioria, imprimindo uma linha equivocada de participação no fórum "para inglês ver", montado por Collor; o PT continua a patinar sem uma linha objetiva de oposição de massas a Collor.

Crítica ao corporativismo

Marcados os limites muito evidentes de uma prática estritamente corporativa do movimento sindical no contexto



Ag. Folhas - Sergio Tomisaki

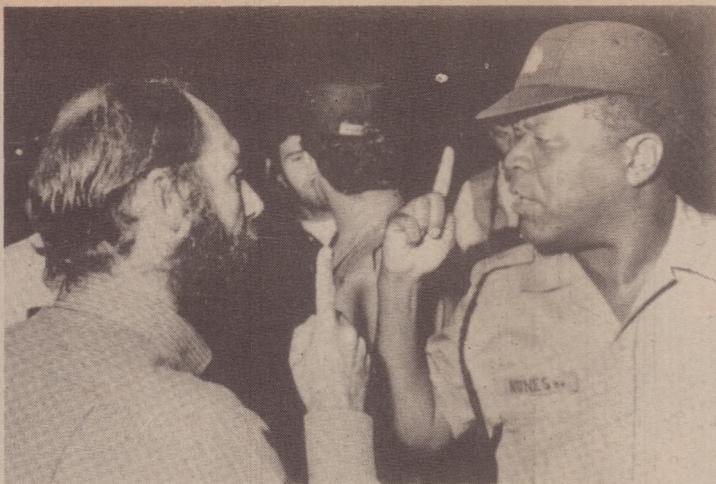
A Geografia da Paralisação

A greve dos dias 22 e 23 foi parcial, mas está bem longe do fracasso numérico orquestrado pelos meios de comunicação. Ela teve uma dimensão claramente nacional: houve paralisações em todas as capitais.

O cálculo aproximativo elaborado pela CUT é que a greve atingiu a cerca de 19,5 milhões de trabalhadores. Trabalhando por ramos de atividade e rastreando dezoito categorias, a central de informações da CUT elaborou o seguinte mapa: Alimentação (nove estados), Bancários (doze estados), Comércio (onze estados), Comunicação (oito estados), Construção Civil (treze estados), Educação (25 estados), Extração Minério (um estado), In-

dustriários (quatro estados), Metalúrgicos (dez estados), Petroleiros (três estados), Rurais (cinco estados), Saúde (25 estados), Servidores Públicos (22 estados), Serviços (16 estados), Transporte (17 estados), Vestuários (seis estados), Urbanitários (22 estados).

A Paraíba, que já havia realizado uma experiência de greve geral quando dos protestos diante de um ano de governo Collor, voltou a brilhar: os transportes pararam 100%; os bancos, 70%; o comércio, 90%; educação, 90%; saúde, 100%. Outros estados em que a greve ocorreu com mais força: Ceará, Sergipe, Bahia e Pará.



Jorge Araujo

A greve geral põe na mesa do 4º Congresso um desafio: construir um poderoso movimento nacional dos trabalhadores de resistência e alternativa ao plano econômico neoliberal.

da atual crise nacional - o sindicalismo de dissídios, voltado quase que exclusivamente para barganhar reajustes de salários - o movimento da greve geral dos dias 22 e 23 de maio representa um nítido esforço de superar o impasse pela esquerda. Isto é, o de conquistar legitimidade a partir da crítica do caráter anti-social da política econômica, catalizando os sentimentos de indignação de parcelas muito mais vastas do que aquela dos setores de trabalhadores já com tradição classista e sindical.

Neste sentido, ele pode ser entendido como o contraponto da tentativa de superar o impasse corporativo "pela direita" feita no momento anterior, isto é, o de procurar compor, a partir do reconhecimento de pretensos interesses universais entre trabalhadores e empresários, pautas de compromisso para negociar com o governo em fóruns estritamente institucionais e de poder decisório mais que duvidoso.

O fato da greve ter sido parcial - apesar de alcançar uma inegável repercussão nacional - já indica que esta crítica pela esquerda ao corporativismo precisa avançar muito ainda no próximo período para se consolidar como alternativa capaz de superar o impasse atual.

Programa e organização

A crítica do corporativismo ainda presente com força na vida da CUT tem várias dimensões estratégicas. Tem uma natureza programática evidente. Esta foi inclusive uma das carências mais fortes da greve de 22/23 de maio, isto é, a falta de explicitação de proposições alternativas de fundo à política econômica de Collor. A CUT deve ter um programa de superação da crise nacional a partir do ponto de vista dos trabalhadores, isto é, um elenco de reformas básicas e estruturais do Estado e da economia. A reivindicação destas reformas estruturais não se confunde com um programa de governo; significa simplesmente que a Central não aceita os parâmetros de gestão da crise fixados pelas classes dominantes como limite de seu horizonte reivindicativo.

Abordando a relação do Estado com a economia e os direitos sociais, a relação da economia brasileira com a ordem imperialista, a reforma agrária, uma política de salários e preços, uma reforma financeira e tributária, este programa deve se popularizar no próximo período como medidas contrapostas ao neoliberalismo.

O campo de crítica ao corporativismo tem, em segundo lugar, uma dimensão organizativa. Tocamos aqui também na grande carência de instrumentos e formas organizativas da CUT, adaptadas a dirigir um movimento como o dos dias 22 e 23. Significa um esforço de aproximação da classe trabalhadora real, com suas carências e especificidades, muito distintas das situações vividas pelos assalariados dos países capitalistas centrais, cujos modelos de ação sindical são, muitas vezes, dogmaticamente importados.

O que é organizar sindicalmente para uma ação unificada uma classe trabalhadora que tem quase a metade dos seus membros no setor informal da economia, que mesmo quando está no mercado formal tem uma estabilidade precária no emprego? Certamente, o local de trabalho e a contradição direta entre capital e força de trabalho são centrais mas, se queremos entender a CUT como órgão de defesa do conjunto da classe trabalhadora real, a central, por definição, deve se projetar socialmente além dos trabalhadores sindicalizados, deve buscar a classe trabalhadora onde ela vive, mora, circula, não aceitando encarar o trabalhador apenas

em sua dimensão de produtor, como força de trabalho, como mercadoria, coisa que nem o capital faz já que não garante a uma larga parcela nem o mínimo necessário para se reproduzir.

Assim, a CUT tem de incorporar, além da dimensão reivindicativa, iniciativas de solidariedade cooperativistas, culturais, de vínculo com o movimento popular para conseguir por em movimento uma classe que não está estratificada em camadas estáveis pelo capital. Democracia, organizações horizontais (e não apenas no local de trabalho), estruturas de enlace como o movimento popular, valorização dos departamentos culturais e de cooperativismo fazem parte de uma nova forma de organização para um novo sindicalismo.

Papéis estratégicos

O sentido da greve de 22/23 de maio fica esfumado se a vims como um ato isolado, sem passado, nem futuro. É preciso avançar na compreensão do papel estratégico do movimento sindical. **A CUT tem a vocação de ser a grande referência de aglutinação de massas de um movimento democrático-popular que luta para superar a crise.** Tanto no sentido de criar formas e referências de unidade para diferentes setores da classe trabalhadora como no de ser a única base social estável de configuração nacional de um movimento político de massas, fora dos raros momentos em que a disputa eleitoral ou uma crise institucional mais grave incentivam naturalmente a nacionalização das lutas. A classe trabalhadora - apesar de suas fortes diferenças internas e regionais - é a mais nacional das classes sociais.

É, no entanto, a dimensão democrática do papel estratégico da CUT que deve ser mais ressaltada: **a de gerar um movimento pelo controle social da economia contra o poder dos monopólios e latifúndios.** Esta é a dimensão mais subversiva da "descorporativização" da CUT: a idéia de que a radicalização das lutas reivindicativas deve ser conscientemente impulsionada no sentido de pressionar pela democratização do poder de estabelecer preços, prioridades de financiamentos, os fluxos financeiros entre a economia brasileira e a ordem imperialista, o funcionamento das estatais etc. Trata-se de denunciar as formas ditatoriais pelas quais o grande capital aumenta preços, demite, organiza a fuga de capitais, articula espaços de especulação, fuge do fisco, corrompe e privatiza o Estado.

Trata-se enfim, de constituir a classe trabalhadora como interlocutora da crise do governo Collor. Sem este movimento de massa dos trabalhadores, que altere a nosso favor a correlação de forças desfavorável que resulta do terreno puro da institucionalidade - executivos, Congresso Nacional - a crise do governo Collor será vivida anti-democraticamente e se arrastará como um interminável jogo de arranjos e barganhas entre as distintas frações das classes dominantes.

O 4º Congresso da CUT

É a partir desta visão estratégica que devemos articular a relação da greve do dia 22 e 23 de maio com o 4º Congresso da Central. Pois a greve - indicando caminhos para o futuro, revelando as nossas debilidades estratégicas - é um grande alerta para que o 4º Congresso não seja um palco teatral de disputas despolitizadas, motivadas por cálculos mesquinhos de poder no interior da CUT. Os meios de comunicação fantasiaram e exploraram até com lupas de aumento na cobertura da greve a lógica de supostos cálculos da CUT pela Base ou da Convergência Socialista contra a tendência Articulação, ou mesmo de disputas no interior da própria Articulação, entre Meneguéli e Vicentinho etc...

O fértil campo de luta política no interior do 4º Congresso deve ser o da construção de uma vontade majoritária capaz de armara a CUT para superar pela esquerda o impasse da prática corporativa. Exige, ao mesmo tempo, capacidade de propor novas respostas estratégicas e sensibilidade para valorizar os pontos que unificam a CUT diante das classes dominantes.

A crise a que nos empurra as classes dominantes é profunda demais, devastadora demais para que energias se percam em conflitos que não se relacionem diretamente com o futuro do movimento. A greve do dia 22 e 23 de maio põe na mesa do 4º Congresso um desafio à altura de sua responsabilidade histórica.

As formas da crise

Raul Pont

O início da tramitação de Emenda constitucional que antecipa o plebiscito sobre o regime político (monarquia ou república e parlamentarismo ou presidencialismo) e a revisão constitucional adquirirá no próximo período significativa importância.

O projeto do deputado José Serra (PSDB/SP) propõe que o plebiscito seja realizado em 7 de setembro de 1992 e em 5 de outubro de 1992 seja instalada a revisão constitucional.

O destaque na imprensa e a repercussão política da votação pela admissão do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal foram pequenos, porém, não esconderam as graves implicações que isso trará para a conjuntura.

O comportamento das várias forças políticas na Comissão é expressivo da crise política que poderá se desdobrar desse encaminhamento. Enquanto os partidários de Quéricia do PMDB votaram contra a admissão do projeto, o bloco governamental (PFL, PRN, PL, PDC) liberou o voto de seus deputados criando uma situação surpreendente, pois dias antes haviam ameaçado barrar a medida.

Isso, certamente, reflete muito mais a crise ou disputa interna que se instala nas hostes governistas do que simpatias ou interesse político de Collor nesta iniciativa. As declarações de Collor na imprensa identificando-se com o parlamentarismo não resistem a um mínimo de comparação com a realidade imperial de seu governo, baseado em decretos, medidas-provisórias e um total desprezo pelo Congresso, inclusive, pelos partidos que o sustentam.

O importante para nós do PT, no entanto, é clarificar quais os interesses que estão em jogo nesse processo.

O PSDB, por exemplo, defende esta medida como forma de abreviar o poder autocrático de Collor de Mello e com isso se cacifar para ser governo ou participar do governo com Collor. Outros são parlamentaristas teóricos, como o PMDB. Na prática, porém, como esta proposta é um evidente obstáculo às pretensões de Quéricia em consolidar uma candidatura presidencial imbatível em 1994, o PMDB está dividido ou paralisado sobre esta questão.

Todos, no entanto, não querem fazer desta mudança um instrumento que favoreça os setores populares, ampliando seus espaços e conquistas sociais.

É neste quadro que deve se inserir o esforço do PT para alterar a relação de forças nesta luta, ampliá-la e preparar o caminho para a sucessão presidencial.

Perfil próprio

O parlamentarismo para nós não deve ser um compromisso como foi em 1961 ou o casuismo de elites tentando no Congresso Constituinte de 1988 para barrar uma polarização na eleição presidencial como conseguimos realizar com a campanha de Lula e da Frente Brasil Popular.

A disputa de um plebiscito parlamentarista pelo PT deve ser indissociável da luta por uma democracia muito superior àquela que a Constituição atual permite. Para o PT, trata-se de incidir sobre o debate muitas vezes formal e rasteiro entre "presidencialistas" e "parlamentaristas" com um perfil próprio, denunciando as estruturas e leis autocráticas da "Nova República", radicalizando as demandas democráticas, ligando as opções sobre a nova forma de governo à construção de uma alternativa democrática-popular à crise do governo Collor.

Apenas no que diz respeito ao sistema de representação e à legislação eleitoral, há várias questões importantes. O atual Congresso, por exemplo, é uma pirâmide invertida do Brasil real e a brutal desproporcionalidade na representação da cidadania na Câmara Federal é ilustrada de forma cabal pelo fato de, estados como São Paulo, terem um deputado



para representar mais de 500 mil habitantes e em Roraima esta representação equivaler a não mais de 15 mil habitantes.

Esta mágica eleitoral que favorece a direita e os conservadores, é fruto do sistema eleitoral que a atual Constituição copiou do regime militar.

Assim como o parlamentarismo, para nós é indissociável a uma nova proporcionalidade idêntica para todo o País, é também estreitamente ligado ao fim do bicameralismo, outra fonte de caráter retrógrado e do emperramento do processo legislativo e a adoção do voto em listas partidárias ao contrário do atual sistema de voto diretamente nos candidatos. Nesse sentido, já estamos tramitando uma Emenda Constitucional de minha iniciativa para materializar uma nova proporcionalidade para a representação política que não contradite e fraude - como ocorre atualmente - a própria Constituição em seu artigo 14 onde se afirma que a "soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos."

Deslegitimar Collor

Da mesma forma, temos que combater na discussão do parlamentarismo a total ausência de controle democrático sobre os meios de comunicação de massas sem o que, não há democracia possível em qualquer pleito eleitoral. Aqui não é apenas o abuso do poder econômico que necessita ser coibido, mas também garantir critérios democráticos nas concessões, a liberdade aos partidos, aos sindicatos e às fundações não mercantis do direito aos canais de rádio e TV. Fazer valer o que já existe na Constituição e não é cumprido: a proibição da duplicidade de função parlamentar com a de radialista, comunicador ou apresentador de programas e espaços regulares na TV e rádio, explicitamente vedada no artigo 54 da própria Constituição Federal.

O PT já deu um passo importante nessa direção. O Diretório Nacional, em sua reunião de 18 e 19 de maio, aprovou o apoio do partido à antecipação do plebiscito e da revisão constitucional, para o primeiro semestre de 1993.

Cabe agora ao partido articular esse conjunto de questões imbricadas na reforma política para que o seu conteúdo leve água para o moinho das transformações democráticas, através de ampla campanha de conscientização e politização das classes trabalhadoras.

É evidente que antecipação do plebiscito não esgota nem secundariza outras questões importantes na conjuntura como a submissão do novo ministério e de Collor aos ditames do FMI e do Plano Bush, que redefinam de maneira profunda a inserção do Brasil no quadro internacional.

A importância, finalmente, de abraçarmos e massificarmos uma alternativa política à autocracia de Collor está na possibilidade mais rápida de deslegitimá-lo ainda mais. □

Neste debate o PT deve intervir com perfil próprio vinculando a sua posição à defesa da democratização radical do Estado e à construção de uma alternativa democrática-popular à crise do governo Collor.



O liberalismo nos conduz à morte

René Dumont

Dizem-nos que os "Aliados" (esta palavra que lembra 1914) se batem, no Golfo, pela democracia, a liberdade e o direito internacional. Mas o que esconde este direito? Um nível de desigualdades e injustiça internacional sem precedentes na história da humanidade e que, além disso, não para de crescer.

Paul Bairoch, historiador da economia, estimou que, há três séculos, entre a Bélgica e a África tropical, a diferença de nível de vida era somente de dois para um. Não havia, em nenhum lugar, maquinaria, o problema das energias fósseis... Hoje, segundo o *Relatório sobre o desenvolvimento no mundo 1990*, do Banco Mundial, a diferença é de cerca de cinquenta para um. Os dez milhões de belgas valem tanto quanto os 500 milhões de habitantes da África tropical (o continente excluído a África do Norte e do Sul), que tem o mesmo PNB.

São os ricos que, comandados pelos aliados e pelos Estados Unidos, se pretendem defensores da liberdade e da democracia. A eles nada falta, como mostra há dois séculos toda sua atitude frente ao restante da América "latina", que eles consideram como seu quintal, isto é, para onde são relegados os empregados domésticos.

Em plena guerra do Golfo, o presidente Bush rejeita um esforço para economizar energia. A liberdade, para os Esta-

dos Unidos, é o direito ao desperdício (com todas as bugigangas inúteis, os grandes carros e outros motores para o lazer) do petróleo barato. Este desperdício, através do efeito estufa, é catastrófico para os climas do mundo - e os Estados Unidos batem todos os recordes, enviando para a atmosfera cinco toneladas de carbono por habitante a cada ano.

Este "direito" ao desperdício ilimitado - que é um crime contra a humanidade - está codificado pelo liberalismo econômico. Ele pode ser expresso através de uma fórmula humorística "deixar fazer, deixar desperdiçar" (apenas os ricos têm esse direito, porque os outros podem morrer de fome).

Infligir golpes mortais

É este liberalismo econômico que, pela troca desigual, impôs a lei do mercado, a da oferta e da demanda, aos únicos produtos (agrícolas e minerais) que são vendidos pelo Terceiro Mundo. Lei que não se aplica nem a nossas agriculturas, nem aquilo que vendemos a este "terceiro mundo".

E ei-los endividados em mais de um bilhão de dólares - soma próxima às despesas militares anuais (fora da grande guerra). São também as compras de armamentos que contribuem para arruinar o dito terceiro mundo. E se estimula, na crise atual, a que se as aumente. Os "Aliados" incluem tropas do terceiro mundo: o Senegal teve que enviá-las em troca dos presentes que recebeu do Kuwait...

Uma vez endividados, os países desfavorecidos passam pela forquilha do Fundo Monetário Internacional e este FMI os obriga primeiro a reduzirem seu déficit orçamentário. É verdade que são necessárias restrições, mas deverão ser, em primeiro lugar, sobre a compra de armamentos e o conjunto das importações de produtos suntuosos (os grandes carros...), sem esquecer os palácios extravagantes de tiranos paranóicos, como os de Yamassoukro na Costa do Marfim, de Gbadolite no Zaire, etc...

As publicações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo Internacional das Nações Unidas para o Amparo à Infância (UNICEF) e mesmo do Banco Mundial (o seu último relatório se intitula "Pobreza") mostram-nos que estas reduções de créditos pesaram sobretudo na educação e na saúde, condenando portanto todo o futuro destes países. Reagan cortou os créditos da ajuda ao planejamento familiar, quando a explosão demográfica compromete todo o futuro destes países - e, antes de tudo, os da África tropical, que passaram de 100 a 500 milhões de habitantes entre 1900 a 1990. E há um grande risco, na atual taxa de crescimento - 3,3% ao ano -, desta população dobrar nos próximos 21 anos. O que apenas pode agravar a miséria, pois a experiência dos últimos trinta anos mostrou que nem a produção (agrícola, pesca artesanal e industrial), nem a criação de empregos, nem os serviços puderam nem poderão acompanhar o crescimento demográfico.

O FMI, o GATT e os países ricos assentaram no Terceiro Mundo dois últimos golpes, que podem ser mortais. Eles querem impor aos países pobres a livre troca, a livre concorrência. Colocar competindo os camponeses do Sahel com suas enxadas, cultivando um solo degradado, frente aos agricultores do Oeste dos Estados Unidos, com seus grandes tratores, é um absurdo; é como organizar uma competição de corredores a pé contra automóveis.

O segundo golpe, talvez ainda mais rude, é o efeito estufa, que já agravou todas as secas - como em 1987, na Índia, em 1988, na China e nos Estados Unidos, em 1973, 1984 e 1989 na África, do Sahel à Etiópia e na África do Sul. Enquanto isso, multiplicam-se ciclones cada vez mais devastadores nos países tropicais (como o ciclone Hugo que atingiu de Guadalupe até Charleston, em 1989). "Nós" guerreamos para dominar os recursos petrolíferos, que "nos" permitirão desperdiçar à vontade, às custas dos países pobres de hoje e das gerações futuras de todo o planeta.

As veias abertas da África Negra

Degradação do meio ambiente: doze países assinaram ou negociaram contratos para armazenar resíduos tóxicos, químicos ou radioativos em seus territórios (*Third World Guide 91-92*). O continente é o mais atingido pela desertificação. No Sahel, depois de 1968, as chuvas caíram a um nível um terço menor do que a média dos 68 anos precedentes, devido ao efeito estufa (René Dumont).

Demografia: entre 1900 e 1990, a população da África tropical cresceu à taxa de 3% ao ano, enquanto a produção agrícola cresceu a uma taxa de 1,5 a 2% ao ano. As perspectivas são catastróficas.

Dívida: a dívida total do continente africano atingiu 257 bilhões de dólares em 1989 (250 em 1988). A África sub-sahariana é, em percentagem do PIB, a região mais endividada do mundo. A dívida da África multiplicou-se, depois de 1970, por dezenove. A dívida absorve 80% da riqueza e representa 282% das receitas da exportação (*Le Monde*, 31 de maio de 1989). Para 1989, a saída líquida de capital a partir da África foi avaliada em 5,5 bilhões de dólares (*Relatório da Comissão África da ONU*).

Fome: 125 milhões de pessoas vivem, na África negra, em um estado de insuficiência alimentar crônica (René Dumont).

Guerra: treze guerras atingem o continente: Angola, Etiópia, Libéria, Mali, Mau-

ritânia, Moçambique, Uganda, Rwanda, Sahara Ocidental, Senegal, Somália, Sudão, Chade (*Le Monde*, 29/10/90).

Pobreza: o nível médio de vida do africano continuou, em 1990, a baixar pelo décimo segundo ano consecutivo (*Relatório 1990 da Comissão África da ONU*). Vinte e nove nações da África estão classificadas entre os "países menos avançados do mundo" e esta cifra está aumentando.

Refugiados: de quinze milhões de refugiados no mundo, 4,6 milhões são africanos (*Le Monde*, 29/10/90).

AIDS: cinco milhões de africanos estão contaminados, segundo a Organização Mundial de Saúde, e esta cifra deve se multiplicar por dois até o fim de 1992. Prevê-se que dez milhões de crianças com menos de dez anos serão órfãs, daqui até o ano 2000, apenas devido à AIDS (*Le Monde* 13/10/90).

Subdesenvolvimento: a parte da África no comércio mundial não pára de retroceder: 4,2% em 1976, 3% dez anos depois. A deterioração dos termos de troca é constante: segundo o Banco Mundial, tomando o índice 100 em 1980, ele era de 63,2 em 1986 (*Etat du Monde 1989-90*). A África sub-sahariana encontra-se numa situação ainda pior: ela mal representa 1,3% das trocas mundiais (*Le Monde*, 30/5/90).

Sair do "deixar fazer, deixar desperdiçar"

"Que fazer", perguntava Lenin. Muitas coisas, mas em primeiro lugar, acabar com as guerras... Depois, negociar a dívida dos países desfavorecidos, o que cedo ou tarde terá que ser feito. E mais, anular a dívida, o que já é um começo para os países mais pobres (que nos atrevemos a chamar de "menos avançados", como se fossemos um modelo). Deve-se, em seguida, limitar os pagamentos dos países ditos de renda média, avaliando suas capacidades de exportação e garantindo que eles ampliem sua produção para reduzir as suas misérias.

Estas reduções ou anulações poderão também permitir negociar a proteção ambiental, e antes de tudo impedir o desflorestamento (Amazônia, Indonésia, Birmânia, Filipinas, África Central, etc) que ameaça "nosso futuro comum". Podem se organizar pagamentos criativos, que direcionem as somas pagas para tudo aquilo que define o futuro destes países (produção de bens essenciais, educação, saúde...).

Mas se o "deixar fazer" se prolongar, mesmo a anulação da dívida não permitira reduzir a miséria que oprime os mais desfavorecidos. É necessário acabar com a imposição da livre troca apenas aos pobres e pagar um preço justo pela produção, como já era reconhecido por Santo Agostinho: "aquele que permita aos produtores uma vida decente".

Em suma, é preciso abandonar por etapas, mas de uma forma decisiva, o "deixar fazer, deixar desperdiçar". Esta filosofia é responsável pela destruição de todos os nossos ambientes, por poluições insustentáveis, pelo esgotamento rápido de reservas não renováveis e, antes de mais nada, do petróleo. E como já dissemos, aumenta o fosso entre os

países ricos e os pobres. Um fosso que já atingiu um nível politicamente intolerável!

Uma economia moral não pode deixar que o dinheiro, realizado no "capitalismo de cassino", domine todas as decisões, o nosso futuro e mesmo a sobrevivência do planeta. Apenas seguindo no exemplo do petróleo, que nos conduziu à mais estúpida das guerras, uma vez saída dela, todos falam de uma "nova ordem mundial". Sim, mas qual?

Citemos um elemento que pensamos pode constituir um primeiro passo. Uma "Autoridade mundial do petróleo" regulando a produção, distribuição e preços diferenciados, obrigando os ricos, primeiro pela taxa e depois pela proibição, a reduzir e depois a suprimir seus desperdícios mortais (poluidores pagadores). Isso permitiria aos países pobres dispor, por preços mais baixos, das quantidades de energia exigidas para a produção de bens essenciais. Porque eles merecem a prioridade de uma economia moral - a do direito respeitável.

Poderemos também libertar-nos do desemprego através da partilha do tempo de trabalho ainda necessário, etc. O liberalismo econômico triunfa pela morte do comunismo - que eu nunca defendi. Mas ei-lo sem concorrência nos países ricos que continuam, alegremente, a arruinar os países pobres. Hoje leva-nos à guerra. A longo prazo, nos levar a morte.

Cinco mil dias para salvar o planeta, diz-nos o belo livro de Edward Goldsmith. Dentro de dez anos os dados estarão lançados, diz-nos Lester Brown. Se não nos escutarmos rapidamente, estaremos perdidos... □

René Dumont é geógrafo, um dos maiores especialistas nas sociedades do "Terceiro Mundo".

Colocar competindo os camponeses do Sahel, cultivando com enxadas um solo degradado, contra os agricultores do Oeste dos EUA, com seus grandes tratores, é um grande absurdo.

A fome matará 27 milhões de africanos

Alain Tondeur

As Nações Unidas prevêem que 27 milhões de seres humanos morrerão de fome este ano na África. A catástrofe humana já começou, mas os meios de comunicação de massa internacionais mal a mencionam. A imagem de crianças famélicas agora não desperta o mesmo interesse - ela já foi vista em 1984, não foi?...

Todos se lembram da fome na Etiópia, há sete anos. O mesmo cenário se repete, mas em uma escala mais vasta. Vinte e sete países estão sendo afetados. Todo o cinturão sub-sahariano do continente sofre com a fome. Mais ao sul, ela atinge a Libéria, Rwanda, Moçambique, Malawi e Angola. A situação é mais dramática no Sudão (7,6 milhões de vítimas), na Etiópia (7 milhões) e, proporcionalmente, na Libéria (1,3 milhões em uma população de 2,5 milhões de habitantes).

A fome foi anunciada há muitos meses pelos organismos internacionais competentes. Mas eles só tomaram providências para combater um quarto de seus efeitos. O Sudão recebeu apenas 25% da quantidade de cereais de que necessitava. Moçambique pediu em 1990 metade da ajuda que havia recebido em 1989 e só recebeu metade do que pediu...

Agora é tarde para agir. Salvar estas 27 milhões de pessoas implicaria em dar toda prioridade para enviar quatro milhões de toneladas de cereais, sendo 2,2 apenas para o Sudão e a Etiópia. É um enorme esforço logístico, que ninguém parece disposto a empreender. Exceto os EUA, para guerrear no Golfo.

Secas e guerras

A seca é a primeira causa do desastre. "No norte da Mauritânia, de Burkina Faso, do Chade e do Níger, a irregularidade das chuvas comprometeu as últimas colheitas", escreve o Jeune Afrique. Secas atingem também o nordeste do Sudão, o norte da Etiópia e Moçambique.

Mas as guerras civis e o fluxo de refugiados agravam a situação, quando não são o problema principal. Em Moçam-

bique, a destruição das plantações pelos rebeldes da Renamo causou mais danos do que a falta de chuvas. No centro de Angola, a ajuda humanitária não chega porque o acordo entre o governo e os rebeldes da UNITA não é aplicado. Na Libéria, uma guerra civil atroz (com mais de 850 mil refugiados) é a principal causa da fome. O mesmo se sucede na Somália, onde a guerra civil é diretamente responsável pela fome de dois milhões de pessoas...

A responsabilidade dos governos locais é, em alguns casos, total. Assim, no Sudão, o regime islâmico de Khartoum vê tudo através da ótica da guerra civil travada contra os rebeldes cristãos do sul. Após ter negado a gravidade da situação, ele impôs as organizações islâmicas como os únicos canais de distribuição da ajuda humanitária...

Este papel nefasto das elites corruptas no sul do planeta não permite, entretanto, escamotear a responsabilidade fundamental dos países ocidentais. Numerosos especialistas denunciaram o efeito estufa, resultado do consumo massivo de energias fósseis no Norte, como uma das causas da seca na África. Quanto às guerras civis, elas são o produto da crise social global engendrada pela pilhagem imperialista. Além disso, com o colapso das ditaduras do Leste Europeu, há uma redução do interesse das metrópoles pela sorte da África. Uma parte da ajuda que iria para o continente foi desviada para a Europa Oriental, por razões políticas e econômicas evidentes. Finalmente, há também as condições criadas pela guerra no Golfo, que não apenas monopoliza o interesse dos meios de comunicação de massa mas encarece o custo da ajuda (aumento do seguro dos navios que passavam pelo canal de Suez, falta de combustível na Etiópia e no Sudão) ou cria problemas suplementares, como a desconfiança dos EUA em relação ao posicionamento do governo do Sudão no conflito com o Iraque.

Na nova ordem internacional de Bush, a África é deixada na miséria, na barbárie e no caos. Mas o que importa isso para os senhores do mundo, já que ela representa apenas 2% do comércio mundial?!...



Os países atingidos pela fome só receberam 25% da ajuda que necessitavam. Agora é tarde demais para agir.

O desprezo como destino

Eduardo Galeano

O fim da história? Para nós, isto não chega a ser novidade. Após cinco séculos, a Europa decretou que a América Latina, a memória e a dignidade constituem delitos. Os novos proprietários de nossas terras nos proibiram de nos lembrarmos de nossa história e de fazê-la. Não nos restaria senão aceitá-la.

Pele negra, peruca branca, fantasias luminosas, roupas de seda e pedras "preciosas": no carnaval do Rio, os que morrem de fome sonham juntos e tornam-se reis por um dia. Durante quatro dias, o povo mais musical do planeta vive seu delírio coletivo.

Na quarta-feira de cinzas, ao meio-dia, a festa termina. A polícia dá voz de prisão aos que continuam fantasiados. Os pobres despem suas plumas e sua maquiagem, retiram as máscaras; estas máscaras de uma liberdade fugaz são substituídas por outras, invisíveis, que escondem o seu rosto: as máscaras de rotina, da obediência e da miséria. Até o próximo carnaval, as rainhas retornam à condição de vassalãs e as princesas vão limpar as ruas. Eles vendem jornais que não sabem ler, costuram roupas que não vestirão jamais, dão o brilho em automóveis que jamais lhes pertencerão, constroem edifícios onde nunca viverão. Com seus braços baratos, eles oferecem produtos baratos ao mercado mundial. Eles construíram Brasília e foram de lá expulsos. Eles constroem o Brasil todos os dias e o Brasil é para eles uma terra de exílio.

Eles não podem construir a história. Estão condenados a sofrê-la. O fim da história. O tempo retira-se de cena e o mundo pára de girar. Amanhã é apenas um outro nome para o dia de hoje. A mesa está servida: a civilização ocidental não nega a ninguém o direito de mendigar os restos.

Ronald Reagan retornou e diz: "A guerra fria acabou. Nós a ganhamos". E Francis Fukuyama, funcionário do Departamento do Estado, adquire de um só golpe, sucesso e celebridade, afirmando que o fim da guerra fria é igual ao fim da história. O capitalismo, que pretende se chamar democracia liberal, é o porto de chegada de todas as viagens: "a forma final do governo humano."

Horas de glória. Não há mais luta de classes, não há mais inimigos à Leste, somente aliados. O mercado livre e a sociedade de consumo obtêm um consenso universal, que foi apenas retardado pelo desvio histórico da miragem comunista. Como desejava a Revolução Francesa, somos hoje todos livres, iguais e irmãos. E todos proprietários.

Reino da cobiça, paraíso sobre a terra.

Apartheid universal

Da mesma forma que Deus, o capitalismo tem uma excelente opinião de si mesmo e não duvida de sua eternidade. Viva a queda do Muro de Berlim, escreve o diplomata peruano, Carlos Alzamora, que acrescenta: o outro muro, este que separa o mundo pobre do rico, é hoje mais alto do que nunca. É um apartheid universal. A ofensiva do racismo, da intolerância e da discriminação são mais e mais frequentes na Europa, punindo os intrusos que ousaram saltar este muro para entrar na cidade da prosperidade.

É flagrante. O Muro de Berlim está em pó antes de atingir os seus trinta anos, enquanto que o outro muro festejará em breve seus cinco séculos. A troca desigual, a extorção financeira, a sangria de capitais, o monopólio da tecnologia e da informação e alienação cultural são tijolos que se superpõem dia após dia, à medida em que aumentam o saque das riquezas e da soberania dos do Sul pelos do Norte.

No que diz respeito ao dinheiro, é o inverso do que vale para as pessoas: mais ele é livre, pior fica. O neocolonialismo econômico que o Norte impõe ao sul, como fim da história, como sistema único e derradeiro, consagra a opressão sob

a bandeira da liberdade.

O racismo vê-se assim elevado à categoria de doutrina econômica. O Norte confirma a justiça divina: Deus recompensa os povos eleitos e castiga as raças inferiores, biologicamente condenadas à indolência, à violência e à ineficiência. Em uma jornada de trabalho, um operário do Norte ganha mais do que um operário do Sul em duas semanas.

Salários de fome, custos, preços ridículos no mercado mundial. O açúcar é um destes produtos latino-americanos condenados à instabilidade e à queda. Durante numerosos anos, ele era, entretanto, uma exceção neste campo: a União Soviética pagava - paga ainda hoje - preço equitativo para o açúcar de Cuba.

Hoje, em plena euforia, o capitalismo triunfante esfrega as mãos. De acordo com alguns, este pacto não durará por muito tempo. Ninguém ousa imaginar que esta exceção exemplar poderia anunciar a possível criação de uma nova ordem internacional mais justa, de uma alternativa à pilhagem sistemática que os especialistas batizaram de "a deterioração dos termos de troca".

A ordem em vigor é a única possível; o comércio de rapina equivale ao fim da história. Preocupado pelo colesterol, negligente com a fome, o Norte pratica, entretanto, a caridade.

Madre Tereza e Karl Marx

Madre Tereza de Calcutá é mais eficaz que Karl Marx. A ajuda do Norte ao Sul é bem inferior às esmolas que ele se compromete a dar perante a ONU, mas lhe serve para vender as suas bugigangas de guerra, seus excedentes e seus projetos de desenvolvimento que subdesenvolvem o Sul e provocam a hemorragia para sanar a anemia.

Enquanto isso, no curso dos últimos cinco anos, o Sul faz doação ao Norte de uma soma infinitamente mais importante, equivalente a dois planos Marshall em valor constante, através de juros, royalties e diversos tributos coloniais, enquanto que os bancos credores do Norte sangram os Estados devedores do Sul e roubam as nossas empresas públicas sem nada dar em troca.

Felizmente, o imperialismo não existe mais. Ninguém mais fala nele: portanto, ele não existe. Esta história também chegou ao fim.

Mas se os impérios e suas colônias embelezam as vitrines dos museus de antiguidades, porque os países dominantes continuam a se armar até os dentes? Por causa do perigo soviético? Este pretexto não convence mais nem mesmo os soviéticos.

O orçamento da Aeronáutica dos Estados Unidos é mais elevado que o conjunto de todos os orçamentos para educação no chamado Terceiro Mundo. Desperdício de recursos? Ou recursos para defender o desperdício? A organização desigual do planeta, que aparenta ser eterna, poderia funcionar mais um dia se os países e classes que compraram o planeta se desarmassem?

Este sistema doentio de consumo e de arrogância, que se apropria com voracidade de terras, mares, ares e céus, monta guarda ao pé do alto muro do poder. Ele dorme com um olho aberto e tem razão. O fim da história é sua mensagem de morte. O sistema que sacraliza a ordem internacional canibal nos diz: "Eu sou tudo. Após mim, o nada."

Sobre a tela de um computador, decide-se a sorte de milhões de seres humanos. Na era das super-empresas e da super-tecnologia, uns poucos são os mercadores e nós somos as mercadorias. A magia do mercado fixa o valor das coisas e das pessoas.

Os produtos latino-americanos valem cada vez menos. Nós, os latino-americanos, também.

Os silêncios do Papa

O papa de Roma condenou energicamente o bloqueio efêmero ou antes as ameaças de bloqueio contra a Lituânia; mas o Santo-Padre não declarou uma palavra sequer acerca do bloqueio que pesa, há trinta anos, sobre Cuba nem sobre o que pesa sobre a Nicarágua, que dura há dez anos.

É normal. É assim normal pois os latino-americanos valem tão pouco vivos, que seus mortos são cem vezes menos cotados do que as vítimas do Império do Mal, hoje desintegrado.

Eles nos impuseram o desprezo como hábito. E agora vendem-nos o desprezo como único destino. Até hoje, a América Latina era a terra do futuro. Magra consolação, mas que vale mais do que nada.

Agora eles nos dizem que o futuro é o presente. □



A mesa está servida: a civilização ocidental não nega a ninguém o direito de mendigar os restos.

Retrato em branco e preto

Otaviano Carvalho

Pesquisa realizada pela Folha de São Paulo, em janeiro de 1990, constatou que a administração petista da cidade de Vitória, tinha o 4º melhor desempenho frente às capitais brasileiras. Nos últimos meses, porém, os grandes jornais têm dado destaque à permanente crise na relação PT/Administração, tentando mostrar que o Partido dos Trabalhadores prejudica este desempenho.

Moralização e transformação

Pode parecer simplista a afirmativa de que a cidade de Vitória não tem problemas sociais explosivos. Mas, comparada com outras cidades administradas pelo PT, ou a outras capitais, Vitória não é um caos. Pequena tanto em termos populacionais (280 mil habitantes), como geográficos (81 km²), Vitória tem um razoável nível de serviços públicos. Em termos comparativos, lembramos que Diadema tem 1/3 de sua população vivendo em condições sub-humanas, ao passo em que Vitória, temos algo em torno de 10% de sua população nessa situação. Financeiramente, apenas 50% da receita são gastos com pagamento de pessoal.

Em abril, a prefeitura arrecadou 1 bilhão e oitocentos milhões; gastou no pagamento do funcionalismo 900 milhões. Somado a esta situação "privilegiada", Vitória é o centro político e comercial (o que explica sua boa situação financeira) de um aglomerado urbano de mais de um milhão de um total de 2.6 milhões de pessoas do Estado. Assim, além de se ter condições de atender às demandas por calçamento, escola pública, postos de saúde, existem também possibilidades de se transformar a prefeitura de Vitória no pólo central de luta contra o poder do capital no Estado do Espírito Santo.

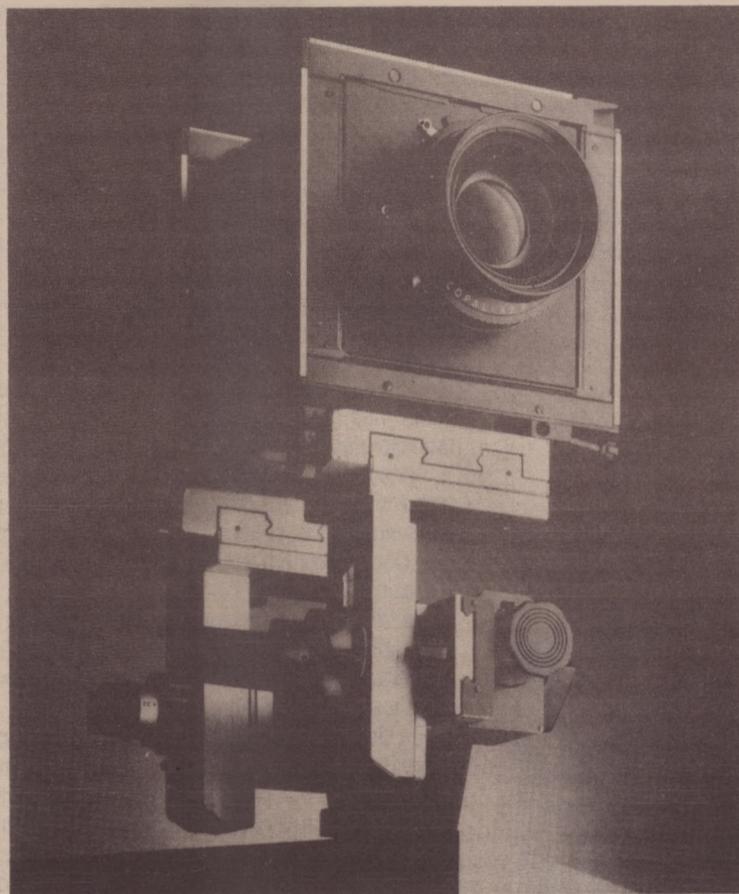
E isso, longe de ser uma simples intenção, tem bases objetivas. Afinal, em Vitória se concentra o grosso do movimento sindical, hoje totalmente dirigido pela CUT. O que se faz em Vitória tem amplas e imediatas repercussões em todo o Espírito Santo, dando ao PT condições de se construir como uma alternativa de governo, em diversas cidades.

Porém, se no plano político, temos todas as condições de implementar esta ação, o que se tem feito na realidade, é muito pouco. Soma-se a isso, a incapacidade até agora demonstrada de mostrar à população que um governo petista, faz mais do que não roubar. Em mais de dois anos de governo municipal, a marca da administração ainda tem sido esta, como se a única diferença entre o PT e os outros partidos estivesse no campo da moralidade. Isso é importante; é o sentimento da seriedade petista que se encontra disseminado em todo o Espírito Santo, mas é muito pouco para quem pretende construir uma nova sociedade.

A força da "máquina"

Como ocorreu em todas as cidades em que o PT venceu as eleições de 88, a expectativa da população trabalhadora foi enorme. E no interior do PT, era de que seria possível, dar um salto de qualidade tanto na própria organização e construção partidária, como no movimento popular que, em Vitória, é extremamente fraco. Dos 70 bairros que integram a cidade, em somente quinze, existe, de fato, um movimento comunitário organizado e representativo. Na grande maioria, o que conta são as associações de moradores totalmente atreladas a quem está no governo e que recentemente tinha sua dinâmica determinada pelo calendário de distribuição dos tickets de leite.

Porém, o que se viu, logo após a posse do governo petista, foi um processo de recuo dos companheiros do partido, tanto na ampliação do espaço partidário, como na atuação nos



João Ávila

movimentos de bairros. Muito pouco se alterou no funcionamento da própria máquina de governo, sob alegação de que era necessário dar tempo ao tempo. A expectativa da população começou a refluir, na medida em que a "máquina" não mostrava agilidade em reformar uma escola ou em agilizar uma simples solicitação de limpeza de um terreno baldio.

Exemplo maior dessa relação de recuo pode ser encontrado no próprio funcionalismo público. Depois de anos vivendo sob governos extremamente autoritários, onde a tônica foi o arrocho salarial, o funcionalismo encontrou um governo petista que não soube, nos primeiros meses de administração, atrai-lo para o nosso projeto. Se, na prática, poucas alterações foram feitas, nos cargos de chefia passou-se a adotar um discurso de que todos eram inimigos do PT, o que impossibilitou que ganhássemos aliados, dentro da máquina administrativa.

O resultado de política tão equivocada não demorou. Em menos de um ano e meio tivemos duas greves. O problema é que esta prática inibiu a ação dos militantes do PT na luta dos funcionários públicos municipais, entregando toda a

Tensões

Dos vinte e seis integrantes do atual Diretório do PT, onze pertencem à Articulação. Os outros não são filiados a tendências ou são militantes das tendências Democracia Socialista e Força Socialista.

Porém, a Articulação está claramente dividida, sendo que sete se intitulam como Articulação do A e quatro como Articulação do B.

O divisor de águas pode ser encontrado na opção feita pela Articulação do A em mergulhar fundo na institucionalidade, levando às últimas consequências esta linha política. Ao mesmo tempo, fez também a opção de administrar a prefeitura sozinha. Sem nenhuma disposição de buscar alianças ou dividir responsabilidades, o núcleo dirigente da Articulação do A trabalha com o objetivo de levar Vitor ao governo do Espírito Santo. É nesta visão, eles traçam suas políticas, sem avançar numa integração maior com o PT.

ADMINISTRAÇÕES POPULARES

direção do movimento a setores vinculados aos antigos prefeitos, que estão conseguindo criar uma permanente tensão na relação da administração com o conjunto dos servidores.

Esta mesma relação pode ser encontrada no frágil e incipiente movimento comunitário. Compromissos assumidos e não cumpridos colocam os petistas na defensiva perante suas próprias bases.

Choques e atritos

A relação equivocada que o companheiro prefeito Vítor Buaziz estabeleceu com o partido pôde ser sentida desde a montagem da aliança política e da chapa, que levou o partido a ganhar a prefeitura de Vitória. Inicialmente, tentou-se impor ao partido, uma aliança como o PDT tendo como vice-prefeito, o ex-deputado Nelson Aguiar. Como tal pretensão foi rejeitada no primeiro Encontro Municipal do PT/Vitória, que debateu o processo eleitoral de 88, Vítor Buaziz retirou-se do encontro, e somente apareceu para atacar a decisão partidária nas páginas dos jornais e telas de TV.

Depois, um intenso processo de pressão, forçou a renúncia do candidato a vice-prefeito indicado pelo PT (deputado estadual João Carlos Cóser) e a consequente elaboração de uma lista de cinco nomes para definição pelos partidos que integram a Frente Vitória (PCB, PSB, PC do B, e depois PSDB). Foi escolhido o nome de Rogério Medeiros, colocando nas mãos de uma tendência petista minoritária no município os dois cargos majoritários em disputa.

Após a vitória eleitoral, os problemas se avolumaram. Na composição do primeiro escalão, somente quatro cargos eram vinculados, política ou pessoalmente, ao prefeito e ao vice. Obras (Kleer Frizzera), Transporte (Paulo Vinha), Educação (Terezinha Cravo), Cultura (Deny Gomes).

Os três primeiros foram exonerados através de métodos já repudiados pelo Diretório Municipal e Deny Gomes pediu exoneração ao constatar dificuldades de relacionamento entre a administração e o Diretório.

Em dezembro de 88, Vítor Buaziz, apresentou ao PT, o nome de José Henrique Merçon como interventor da CDV (Companhia de Desenvolvimento), com o objetivo claro de realizar uma auditoria e preparar seu fechamento. Nas discussões desenvolvidas no partido, decidimos que a CDV continuaria atuando somente na implantação da Usina de Lixo, pois nossa finalidade era o fechamento da companhia. Passados mais de dois anos, a CDV não só continua funcionando, fortalecida pela administração, como também permanece como um setor desconhecido pelo conjunto do

partido.

Já faz mais de um ano que uma Plenária de Militantes do PT, e posteriormente o Diretório Municipal, aprovou uma proposta política para o transporte coletivo em nossa cidade. A proposta nunca foi assumida pela administração, já que o prefeito e o grupo do qual participa não concordam com ela. O que se propôs era a municipalização gradativa do sistema de transporte coletivo, antiga bandeira de luta do PT e do movimento popular.

A recusa em dar passos concretos na municipalização do sistema de transporte coletivo fez com que os empresários passassem à ofensiva. Hoje, temos um aumento acelerado de não cumprimento de horários, por parte das empresas. Após dois anos de PT, paira na população de Vitória o sentimento de que houve uma piora no sistema de transporte coletivo. Segundo dados da própria Secretaria Municipal de Transporte, o número de viagens não realizadas, chega à casa de 20% das programadas, e a prefeitura só aplica multas, que não são pagas.

Limites do partido

Tensionado entre a necessidade de acompanhar, politicamente, uma grande "máquina administrativa", que a cada dia exige novas respostas, e a sua própria construção, o PT/Vitória passou os últimos dois anos dando prioridade absoluta aos problemas da prefeitura. De um lado, foi incapaz de resolvê-los. Do outro, não conseguiu ampliar seus espaços junto aos movimentos, não cumprindo seu papel dirigente.

É com esta constatação que, neste momento, o PT/Vitória busca novos rumos. Em reunião realizada no mês de março, o fórum político (Diretório Municipal e Executiva Regional) decidiu, por maioria, não mais indicar nomes para compor o primeiro escalão da prefeitura. Isso porque o prefeito não acata as indicações do PT, servindo esta instância apenas como legitimadora do que já está decidido.

Esta posição, extremamente crítica, abre novas responsabilidades e caminhos para o PT/Vitória. Neste esforço, todos devem assumir suas responsabilidades.

Afinal, se não somos oposição à administração petista de Vitória, temos a consciência de que não participamos da sua direção política. □

Otaviano Carvalho é vereador em Vitória e membro do Diretório Nacional do PT.

A opção por governar com objetivos e métodos limitados à ação institucional tensiona e fragiliza o PT capixaba.



Plataforma de exportação

Até o final da década de 60, o Espírito Santo era mais um estado plantador de café. Sem nenhuma base industrial, o estado era conhecido por suas praias, e por ser a porta de saída de alguns produtos semi-industrializados. Porém, a partir dos anos 70, foi reservado ao estado um outro papel dentro do modelo de desenvolvimento colocado em prática pela ditadura militar. Por sua posição privilegiada - perto de grandes centros industriais - e contando com uma costa propícia à instalação, o Espírito Santo foi transformado numa verdadeira plataforma de exportações. Em poucos anos, a Companhia Vale do Rio Doce, associada a grupos japoneses, italianos e espanhóis, instalou seis usinas de minério na Ponta de Tubarão; a Siderbrás associada a grupos japoneses e italianos, implantou a Companhia Siderúrgica de Tubarão; o BNDES deu suporte à Souza Cruz e implantaram a Aracruz Celulose, maior fabricante de pasta de celulose do mundo; ao sul do Estado implantou-se a Samarco Mineração, de origem européia; e na ocupação do que ainda restava de área agricultável, surgiram grandes projetos de produção para exportação de mamão, pimenta do reino, abacaxi etc. Estas transformações atingiram em cheio as condições de vida da população.

Os projetos nas áreas rurais expulsaram milhares de pessoas, principalmente a Aracruz Celulose, e o verdadeiro canteiro de obras que se transformou a Grande Vitória (Vitória, Viana, Vila Velha, Serra e Cariacica), no final dos

anos 70, fez com que milhares de pessoas para lá se dirigissem.

Estruturas de poder

Imensas transformações ocorreram na composição social dos trabalhadores, com o surgimento de uma classe operária e de um amplo movimento de trabalhadores dos setores de serviço. As mudanças na estrutura de poder atingiram também a burguesia local. A oligarquia perdeu espaço nas grandes cidades e o Espírito Santo passou a ser dirigido pelos grandes grupos econômicos e estatais. Os empresários nativos, que conseguiram se associar aos gerentes das grandes empresas, desempenham um importante papel, mas o eixo político está nas mãos de grandes burocratas das estatais (CVRD e CST) que, associadas a grupos internacionais, são, ao mesmo tempo, uma porta de saída de produtos semi-industrializados e de entrada de novos capitais.

A expressão máxima deste poder pode ser encontrada no ex-presidente da CVRD, Eliezer Batista, que controla os novos investimentos no Espírito Santo, sejam eles nacionais ou internacionais. Um aspecto que deve ser melhor compreendido é o papel exercido pelo Poder Judiciário que, controlado ainda pelos representantes da oligarquia agrária, tem servido de instrumento de barganha para a manutenção de uma fatia do poder oligárquico.

A crítica ao “socialismo de mercado”

Eduardo Albuquerque

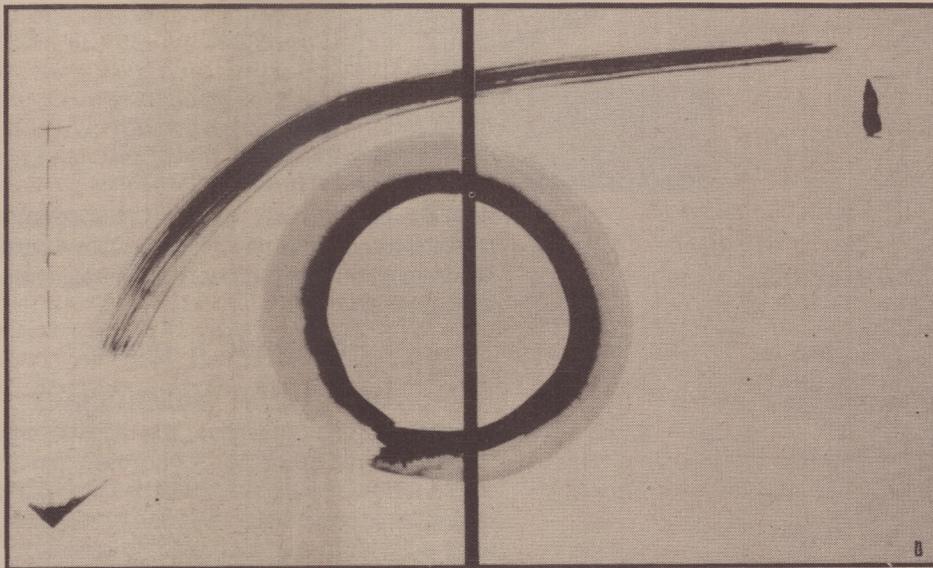
A bancarrota das burocracias do Leste e a ofensiva político-ideológica da grande burguesia propagando as virtudes, vantagens e dinamismo do mercado capitalista tem atingido setores de esquerda. Será o mercado uma nova panacéia para garantir a democracia e o progresso tecnológico? Será o mercado um protetor contra a estagnação e a burocracia? Essas questões devem ser debatidas com profundidade no momento em que nos preparamos para o nosso 1º Congresso.

É neste quadro que o livro do russo naturalizado inglês Alec Nove, *A economia do socialismo possível* (edição brasileira de 1989, pela Ática, do livro publicado em 1983), um economista especializado nas economias do Leste Europeu coloca sob outra ótica este debate.

Esse livro consta das recomendações do *Jornal do Congresso do PT* e foi objeto de um artigo no número 12 da revista *Teoria e Debate*, escrito por Luiz Koshiba, intitulado **Mercado reinventado: o socialismo (é) possível**. Mas é necessário que a acriticidade na discussão do livro de Nove seja evitada. Uma apreensão acrítica e pouco balanceada dos temas lá colocados pode dar origem a ilusões sobre as virtudes do mercado e estimular um dogmatismo de novo tipo apoiado na “nova” panacéia “reinventada”. Luiz Koshiba incorre nessa postura acrítica e apologética: dar por resolvido o que é um desafio à nossa elaboração, deixando, de usar nossa experiência concreta para construir um projeto socialista democrático, para as condições do Brasil às vésperas do século XXI.

A melhor maneira de retirar todas as contribuições do trabalho de Nove é conhecê-lo cotejando-o com a prática e a elaboração teórica e programática do PT até o presente, e perguntando sobre a sua capacidade de contribuir para que o PT enfrente os novos desafios que tem pela frente.

Porque, afinal, a tese central defendida por Nove vai contra uma das formulações mais caras, mais originais e próprias de nosso partido: o socialismo petista é simultanea-



mente alternativo ao capitalismo e à burocracia stalinista. Nove, ao contrário, enfatiza que é impossível ser ao mesmo tempo anti-mercado e antiburocrático e que, portanto, não existe uma terceira alternativa. Daí a sua idéia de um “socialismo de mercado”.

Estatizar a padaria?

Desde o nosso V Encontro Nacional, quando o PT começa a precisar o processo de construção do socialismo, a elaboração petista tem sido muito ciosa na demarcação entre os setores que devem ser de propriedade coletiva, social, estatal, e os setores que devem continuar nas mãos da iniciativa privada. A nossa preocupação em garantir a constituição de uma estratégia entre trabalhadores, assalariados em geral, pequenos proprietários urbanos e rurais, pequena burguesia etc, se desdobrava na articulação de todo um bloco capaz de se contrapor aos grandes monopólios. Consequentemente com essa visão estratégica, o PT firmou uma visão que havia lugar para todos esses setores aliados dos assalariados em nosso projeto. Sempre dissemos que quem os ameaça de destruição é o grande capital. O que

Uma visão acrítica de Nove pode dar origem a ilusão sobre as virtudes do mercado e estimular o dogmatismo. É preciso elaborar a proposta alternativa do PT.

A proposta de Alec Nove

A economia do socialismo possível é dividida em cinco partes:

Na parte I (*O legado de Marx*) Nove começa enfático: “...Marx tinha pouco a dizer sobre a economia do socialismo, e o pouco que disse era irrelevante ou completamente equivocado”. Discorda, seguidamente, de: 1. a viabilidade do socialismo (mesmo em seu “estágio superior”) como um sistema onde existia a abundância de bens e serviços, considerando a escassez como um destino inescapável da humanidade; 2. a possibilidade da existência de um “novo homem” e uma “nova mulher”, atribuindo uma relativa estabilidade à psicologia, donde o egoísmo, a competição etc, são elementos insuperáveis. Fará uma abordagem da “lei do valor” considerando que Marx fez muita confusão entre valor, valor de troca, valor de uso, preço de produção.

A parte II (*O socialismo e a experiência soviética*) é a mais rica do livro. É descrita a burocracia soviética, sua hipertrofia, o seu planejamento e o seu comando sobre a economia, os privilégios materiais e as desigualdades, apresenta o atraso, a estagnação econômica e tecnológica, o desenvolvimento do mercado paralelo... como subproduto do planejamento burocrático. As distorções

econômicas e sociais, os sacrifícios desnecessários impostos à produção, a tragédia da coletivização forçada da agricultura nos anos 30, os desvarios da “onipresença” da burocracia, tudo isso compõe um quadro rico de dados e informações. Nove tem a preocupação de não derivar essas monstruosidades de Marx e Lênin (ressalta que “...o próprio estado unipartidário jamais foi mencionado como possibilidade por Marx ... ou por Lênin” (pág. 180) e que existem “...claras afirmações de Engels e Lênin da necessidade vital de não coagir o campesinato” (pág. 181).

Na parte III (*Modelos reformistas*) faz um balanço das experiências da Hungria, Iugoslávia, Polônia e China. Fica um pouco desatualizada por ter sido escrita antes da crise geral do Leste e antes de Gorbachev. No geral, trata de várias experiências de correção do planejamento burocrático através da introdução de variados graus de “mecanismos de mercado”.

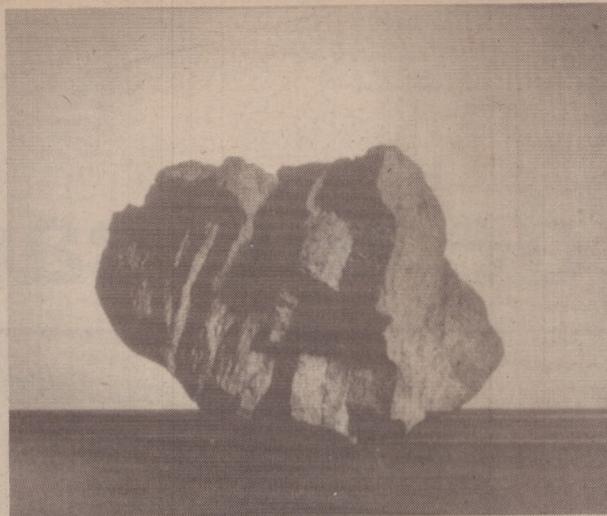
Concorrência e mercado

Na parte IV (*Transição*), dividirá comentários sobre a passagem “do capitalismo ao socialismo”, do “socialismo” ao socialismo” e sobre o “socialismo desenvolvimentista” (ver o artigo).

Finalmente, aborda na parte V o *Socialismo possível*. O seu “modelo” parte de uma estrutura legal composta por: “1. empresas estatais centralmente controladas e administradas...”; “2. empresas de propriedade do Estado (ou propriedade social), com total autonomia e uma administração responsável perante a força de trabalho...”; “3. cooperativas”; “4. empresas privadas em pequena escala, sujeitas a limites claramente definidos” e “5. indivíduos...”. Não há “...qualquer propriedade privada dos meios de produção em larga escala”.

A concorrência entre as empresas, via mecanismo de mercado só não existirá onde houver o monopólio natural (eletricidade, gás).

Desta combinação entre mercado e empresas centralmente administradas (sem auto-gestão) é que vem a prevenção contra a burocracia. Mais do que um avanço democrático em si, concreto, real, baseado em medidas e organismos mais avançados, temos a confiança nos mecanismos econômicos de mercado o remédio contra a repetição da experiência soviética. Claro quando Nove sugere que o planejamento central que vai existir seja feito por uma autoridade responsável perante uma assembleia eleita. O planejamento central burocrático (ou tecnocrático..) e o mercado tem de atuar: por isso Nove insiste que entre mercado e burocracia, não há terceira alternativa.



João Bosco

Nove diz aqui nada mais acrescenta (é irrelevante). Todo petista sabe que é um desvario burocrático a proibição de atividades privadas de pequena escala (restaurantes, padarias, cabelereiros etc...).

Mercado e plano:

uma velha combinação

A rigor, vem de muito tempo as sugestões de combinação entre um setor de propriedade social e outro de propriedade privada. Mercado e plano se articulam de formas diferenciadas em distintas proporções, que tratam de compreensões diversas sobre a transição e a construção do socialismo. Desde economistas neoclássicos como Barone (em 1908), passando por Lange, Kalecki, até as diversas reformas incentivadas pelas burocracias interessadas em preservar os seus privilégios burocráticos, todos tratam dessa combinação (uma rica síntese dessa longa e velha discussão se encontra em um trabalho de Catherine Samary, intitulado *Plano, mercado e democracia*, publicado em castelhano pelo IIRF). Seria muito interessante que o conjunto do PT tivesse acesso a toda essa polêmica. Evitaria-se, assim, que alguns desavisados tomassem por novidade velhas idéias...

Nove reconhece que não inova e, em certa passagem de seu livro, chega a pedir apoio a Trotsky para a sua posição "...comentando sobre a planificação burocrática centralizada de Stálin, no começo da década de 30, Trotsky defendeu a necessidade de 'combinar plano, mercado e democracia soviética' durante o que ele chamava 'época de transição'" (pg. 281).

Uma lacuna séria no livro de Nove é o estudo da obra do economista russo Preobrajensky (uma vítima de Stálin), que no clássico livro *"A nova econômica"* discorre sobre como o planejamento deve contar com um setor mercantil e se relacionar com ele. Preobrajensky analisa, também, a relação com o mercado mundial, um dado decisivo para o planejamento econômico. Este livro está na bibliografia

Nove defende a tese de que é impossível ser ao mesmo tempo anti-mercado e anti-burocrático. Não existe uma terceira alternativa. Daí o "socialismo de mercado".

de Nove, mas ele não o comenta justo onde a contribuição de Preobrajensky é mais fértil - a dinâmica de choque, de conflito, entre dois mecanismos reguladores na época de transição: a planificação e a lei do valor, decorrente do setor mercantil.

Reinventar o mercado ou inventar a democracia?

Existe, na abordagem de Nove, um novo uso de uma velha idéia. Em sua análise da experiência soviética, conclui que ela é uma consequência automática, inevitável, do planejamento centralizado. Sendo impossível separar o planejamento tipo stalinista do planejamento em geral; a salvação está no mercado: é ele que garante a democracia. Aí está a "novidade". A maneira de pensar neoliberal marca ponto, ao impor a proposições de cunho socialista a sua maneira de pensar...E, em plena *Teoria e Debate*, Luiz Koshiba acompanha esse raciocínio, tirando suas conclusões: "...o despotismo burocrático é, assim, o desdobramento lógico de uma economia centralmente planejada. Isso leva à conclusão de que uma sociedade pluralista e democrática é impossível sem a correspondente liberdade econômica".

Será? Podemos confiar ao mercado a democratização? Não terá sido precipitada a leitura "reinventadora" do mercado de Koshiba? O que nos dirá sobre isso o acúmulo de experiência petista? Tomemos as empresas estatais: todo petista (ou indo mais além, todo o movimento cutista) tem uma notável preocupação quanto à democratização das estatais (e com seu controle social). Na Petrobrás, na CSN, na CESP ou na TELERJ todo petista se preocupa com o caminho em direção ao controle democrático da empresa: as propostas podem variar da eleição de diretores até a direção por conselhos de empregados e funcionários etc. No entanto, no projeto de Nove, as grandes empresas estatais (que serão as 'cúpulas' da indústria em grande escala, dos serviços públicos e das finanças", (pág. 310) serão "centralmente controladas e administradas" (pág. 307). Ou seja, nada de auto-gestão. Nada de democracia em um dos principais centros da vida econômica e social. Por quê? Nove fala de razões de escala, razões teóricas etc, argumentando que "...o administrador de uma fábrica ou usina na Du Pont, nas Imperial Chemical Industries ou na Shell pode ter nenhuma autonomia a mais que seu equivalente no sistema centralizador soviético" (pg. 310). Se no capitalismo de hoje a situação é igual à sob a burocracia ... não há a terceira alternativa. Nove é explícito, afirmando que "...é difícil imaginar gigantes socialistas do tamanho de uma Du Pont ou de uma Shell sendo adequadamente 'autogeridas' pela força de trabalho" (pág. 310).

Alguém do PT proporia isso? Algum petista concebe que a administração da Petrobrás seja a mesma no governo Collor e num eventual governo do PT? Ou que um Bradesco sob controle social tenha a mesma maneira de administração

As trilhas de uma polêmica

O livro de Nove provocou uma intensa polêmica teórica iniciada nas páginas da publicação marxista inglesa *New Left Review*. O conhecimento deste debate é importante para a elaboração petista. Alec Nove também participa dos debates (com um texto da *New Left* (87), nº 161 e um ensaio no livro *Alternativas ao capitalismo* (89).

Em geral reafirma as posições, centrando na impossibilidade da terceira via. No seu texto de 1989, Nove parece se sensibilizar frente a alguns argumentos colocados no debate, concentrando os seus ataques nos defeitos do mercado e fazendo uma carga pesada contra os fanáticos do neoliberalismo. Esclarece, também, sua diferença com o que ele chama de "socialismo-de-mercado laissez-faire", criticando os que acreditam que sob o socialismo a "concorrência perfeita" trabalharia melhor. Embora faça várias recomendações para o uso de planejamento central no capitalismo, insiste que socialismo e "laissez-faire" são incompatíveis. Abaixo, uma síntese das posições de alguns participantes do debate.

Perry Anderson

Perry Anderson (em *A crise da crise do marxismo*, pág. 116-21) elogia o livro, sua clareza, a honestidade intelectual de Nove, e destaca que "...é talvez o primeiro trabalho fundamental da época do pós-guerra sobre e para o socialismo a ser explicitamente escrito fora das tradições marxistas". Ressalta a polêmica memorável "... com o grosso do conhecimento marxista convencional acerca dos temas que ele discute (embora não com todos marxistas: Trotsky - como ele observa - antecipou algumas de suas

conclusões)".

Perry Anderson anota que o modelo de Nove está "longe dos planos supercentralizados e dos monopólios burocráticos dos Estados comunistas" e também "...igualmente distante de qualquer um dos substitutos social-democratas ao capitalismo" pois abole toda propriedade privada dos principais meios de produção e os diferenciais de renda variam entre 1:2 e 1:3. Para Anderson, esses elogios não significam que "...o trabalho de Nove escape a críticas". Considera "...sua abordagem do marxismo é também, de certa

forma, curiosamente desatenta".

Anderson pergunta como chegar à sociedade imaginada no livro. "Em Nove, não há resposta a essa pergunta. Sua discussão insuficiente da 'transição' dispersa-se em conselhos apreensivos de moderação ao Partido Trabalhista Britânico, e pleitos para uma compensação adequada aos capitalistas proprietários das indústrias maiores, se estas vão ser nacionalizadas. Em momento algum há qualquer compreensão da titânica mudança política que teria de ocorrer, e da violência da luta de classes, para que se materializasse o modelo de socialismo por ele defendido ... Como a propriedade privada dos meios de produção seria algum dia por políticas mais respeitadoras do capital do que as de um Allende ou um Benn, que ele reprova? O que desapareceu das páginas da *Economia do socialismo possível* foi praticamente qualquer atenção à dinâmica histórica de qualquer sério conflito sobre o controle dos meios de produção, como mostram os anais do século XX". Anderson comenta com ironia, que ao abstrair desta história e da análise concreta das forças sociais "... torna-se sujeito ao marxismo: procede na base de asserções manifestamente irrealistas sobre como o povo age - uma vez organizadas em classes antagônicas".

do atual? É evidente que não! E Luiz Koshiba seguramente está de acordo com a preocupação petista e não com a sugestão de Nove...

A existência de mercado não resolve a questão essencial da democracia nas grandes estatais: é necessária uma política específica de democratização deste setor chave e que deve resultar em algo (bastante) diferente de um administrador capitalista ou de um burocrata stalinista. Logo, precisamos de uma terceira alternativa: eis um desafio à elaboração petista! Nove está equivocado neste tópico... Não adianta "reinventar" o mercado, é necessário inventar a democracia!

Aliás, uma das críticas mais contundentes feitas contra a burocracia no Leste diz respeito exatamente ao que se passa no interior das fábricas. São muito comuns sobre a "exploração do trabalho", sobre a manutenção policalesca da "disciplina" no interior das unidades de produção.

Essas críticas e denúncias devem enriquecer a formulação petista, e seguramente a nossa militância sindical sabe do que se trata...

Aqui, Lênin merece uma crítica: na década de 20 ele propôs a introdução do taylorismo nas fábricas russas. Erroneamente, Lênin julgou possível utilizar para o socialismo uma forma de organização do trabalho gestada para intensificar a exploração operária. As tecnologias e os processos de trabalho não são nem um pouco neutras...

Voltando a Nove, para ele a autogestão existiria apenas no segundo grupo de empresas, as "socializadas", que são empresas de porte menor.

Restrições aos sindicatos e à democracia

Duas observações feitas de passagem, por Nove, merecem uma leitura atenta, por serem distintas do acúmulo petista.

A primeira trata dos sindicatos. Ao falar dos conflitos em seu socialismo possível, Nove menciona que "...o Estado e as instituições democráticas estarão lá para resolver as disputas, as reivindicações competitivas, mas os sindicatos e outros grupos de interesse (...) podem criar problemas, e em particular provocar o supercomprometimento de recursos, as rendas excessivas, a inflação" (pág 349). Sua opinião sobre o Solidariedade na Polónia de 1981 (antes do golpe militar de Jaruzelsky) é crítica, pois "...em suas primeiras manifestações, juntamente com queixas totalmente justificadas a cerca das condições de trabalho, o Solidariedade exigia maiores salários, menos horas de trabalho e nenhuma elevação nos preços de alimentos; reivindicações que, no conjunto, eram impossíveis nas condições econômicas da Polónia. Suas ações contribuíram para a queda da produtividade" (pág 229).

A segunda observação é sobre as restrições ao pluripartidarismo. Há uma preocupante passagem sobre a possibilidade de proibição de partidos em momentos de crise (pág 303). A elaboração petista é firmemente pluripartidária

e não coloca essa preocupante restrição

O essencial é compreender que o mercado não garante uma democracia radical, profunda. Ao contrário, o PT está adiante de Nove na crítica às experiências do Leste e na visão de construção da democracia! Não há porque recuar.

A especificidade da dependência

Essas questões, sérias, escaparam à resenha de Luiz Koshiba. Uma apreensão acrítica das formulações de Nove representariam um recuo da concepção de democracia do PT.

Há mais coisas que escaparam à resenha de Luiz Koshiba: o conjunto das propostas de Nove se refere à realidade de países capitalistas industrializados, desenvolvidos. E essa observação é essencial para o processo de elaboração de nosso partido, pois não somos a Europa...

Ao tratar do "socialismo desenvolvimentista", Nove o faz cheio de cautelas. Deixa claro que vai correr o risco de dar algumas opiniões.

Traz observações interessantes sobre a relativa escassez de planejadores, estatísticos e organizadores de atividades em grande escala e a ausência de definição sobre "o que deve ser planejado" ou sobre "o tipo de planificação". Menciona que no caso do Chile de Allende, nem mesmo na área social havia clareza sobre o que planejar: "...as forças de mercado foram desmanteladas, mas não foi introduzido nenhum substituto, criando assim o pior de dois mundos" (pág 282-3).

Até aí, questões interessantes, alertas etc. Mas quando Nove entra para tratar "que tipo de socialismo?", que tipo de desenvolvimento?, as contribuições interessantes começam a rarear. Apresenta dicotomias como "industrialização ou uma sociedade tipo Ivan Illich", "isolamento à la Albânia ou relacionamento com o mundo": são temas razoavelmente resolvidos (há algum tempo...). Alerta que a industrialização

Nove se equivoca ao negar a possibilidade de democratizar a gestão das grandes unidades produtivas. Seria um recuo na concepção de democracia do PT.



Zorzi

Ernest Mandel

Mandel em um texto de 1986, intitulado "Em defesa do planejamento socialista", NLC, destaca o que é o mercado na presente fase do capitalismo. Apontará a dinâmica de "crescente socialização objetiva do trabalho", decorrente da ampliação da dimensão e abrangência das unidades de produção que são a base do sistema capitalista (e a correspondente ampliação das atividades de planificação no interior dessas empresas). Ao mesmo tempo, as tarefas de programação econômica dos estados capitalistas desenvolvidos não podem ser subestimadas. Cada vez o mercado tem menos papel na economia capitalista. O "pico" histórico do mercado se situa em meados do século XIX...

Outra idéia que Mandel vai criticar é a da soberania dos consumidores: é uma ilusão achar que são os compradores que definem as linhas de produção das grandes empresas... Mesmo numa economia de mercado, os consumidores articulam redes informais de cooperação, solidariedade e informação que poderiam se desenvolver como base de uma nova articulação econômica.

Mandel vai insistir na superioridade da auto-gestão, e caminhar no sentido da articulação do

planejamento democrático com auto-gestão e redes de cooperação e solidariedade que uma consumidores e produtores. Essa combinação seria a base de uma alternativa distinta do mercado e do planejamento burocrático. Mandel deixa explícito que no período da transição haverá a combinação entre mercado e plano. A discussão com Nove trata das características do socialismo já construído, já desenvolvido.

Uma crítica forte sobre a visão de Nove acerca da "economia mista", que para Mandel além de restringir a auto-gestão a poucos setores da economia, faz a combinação entre os defeitos do planejamento burocrático e os do mercado (Mandel chamará de "miséria mista") e exemplificará com as contradições dos processos encaminhados em alguns países (Polónia, Jugoslávia etc).

Diane Elson

Diane Elson entra no debate com um texto de 1988 (Socialismo de mercado ou a socialização do mercado, NLR 172). Compartilha da visão de Mandel sobre a possibilidade de uma alternativa distinta do mercado e da burocracia, mas considera insuficiente a resposta dada. A contribuição de Elson se relacionará com a idéia de que no socialismo os mercados não devem ser desprezados, mas "socializados". Elson vai criticar a visão idealista

de Nove sobre a concorrência, apontando o seu descaso com a competição predatória e a tendência à centralização e concentração, existente mesmo nas experiências de utilização de mecanismos de mercado no "socialismo realmente existente". No caso da Jugoslávia os dados citados por Elson são esclarecedores: em 1970 as 130 maiores empresas de mineração e manufatura eram responsáveis por 45,1% das vendas e 33,7% dos empregos; já em 1977 essas percentagens aumentaram para respectivamente 70,1% e 48,3%. No seu modelo, Diane Elson vai propor como partida a "produção e reprodução da força de trabalho" (em contraste com o capitalismo, que parte da "produção e reprodução do capital"). Dará destaque às unidades familiares e a sua função da força de trabalho na construção de seu modelo.

No modelo de Elson, existirão as empresas públicas geridas pelos trabalhadores, um escritório "Regulador da Empresa Pública", a generalização e a socialização das informações sobre compra-e-venda, "Comissões de Preços e Salários" e "Unões de Consumidores". Rico e imaginativo, o esquema de Elson às vezes se aproxima, como ela assume, dos modelos neo-clássicos de competição; isso é explícito para o caso do "Banco Tecnológico".

SOCIALISMO

implica em "cópia de técnicas e produtos" dos países avançados, destaca como articular o investimento estrangeiro com "o plano de desenvolvimento estatal" e a necessidade do comércio exterior. Vai considerar que "...indústrias de grande escala, grandes minas, comércio exterior, sistema financeiro" devem estar na mão do estado, já a pequena escala não". O seu maior temor é com o controle de preços (Nove recomenda não abusar).

O problema é a acumulação para viabilizar o "socialismo com industrialização". Ai Nove entra em uma espécie de beco-sem-saída: subsídios (o "oposto da acumulação") ou stalinismo. Termina pessimista: "...em muitos países do Terceiro Mundo é irrealista supor que se pode governar com eficiência observando-se os procedimentos democráticos". Quando Nove chega a dilemas importantes não passa muito de sua constatação (pág 300) ou de sugestões bem genéricas (que vindas de quem se pretende um pragmático, empírico etc...é limitadíssimo).

Com um pouco mais de atenção, fica explícita a restrição que o próprio Nove faz acerca do mecanismo de mercado em países subdesenvolvidos: "...uma vez que estamos discutindo um país industrializado, desenvolvido, não é preciso supor que altas taxas de crescimento tivessem grandes prioridades...".

Explica que nos países já desenvolvidos não se trata de um "...esforço em prol de uma transformação estrutural radical num curto espaço de tempo. Tal esforço pode, na verdade, ser inconsistente com o mecanismo de mercado" (pág. 340).

É fora de dúvida que no Brasil precisaremos de "altas taxas de crescimento". Como alcançá-las? Eis outro desafio à elaboração petista.

Quanto aos grandes investimentos (importantes no caso brasileiro), "estrutural significativos", "envolvendo a criação de novas unidades produtivas ou a expansão substancial das já existentes" "...seriam a princípio responsabilidade da planificação central" (pág. 339/40).

No caso brasileiro o mercado não dispensa o uso intenso de planejamento central...O "reinventor do mercado" (para citar o artigo de Luiz Koshiya) nos alerta que a bola está com o...planejamento central. Já que é necessário planejar, não vamos fazê-lo...burocraticamente. É necessário prosseguir na trilha da terceira alternativa! É necessário o planejamento democrático!

Desafios à elaboração petista

Chegamos à fronteira da elaboração petista, entramos no território onde dependemos de nossa criatividade. Daqui para a frente, os desafios são enormes e Nove tem pouco a dizer sobre a construção do socialismo no Brasil.

Primeiro desafio: como articular a democracia, permanentemente, como um elemento constitutivo de nosso projeto socialista? Temos a nossa experiência na luta contra a ditadura militar (que aponta para o valor estratégico das liberdades democráticas), a luta contra a transição conservadora (que indica a importância de uma real democratização, que nos ensinou a desmascarar as democracias controladas e tuteladas pelos grandes grupos econômicos), as propostas de avançar a participação popular, de retirar as distorções de representação e de função existentes nos atuais legislativos, o valor estratégico do pluripartidarismo.

Num outro plano, a preocupação com a democratização das empresas estatais coloca a questão de como combinar o controle pelos trabalhadores com o controle pela sociedade como um todo sobre essas empresas. Temos de enfrentar um problema real, a partir do inarredável compromisso democrático do PT, que é o de como evitar e derrotar as pressões para a burocratização e às restrições democráticas, que evidentemente aparecerão nos momentos difíceis, duros, de crise, que provavelmente encontraremos na transição ao socialismo.

Plano democrático

O segundo desafio é decorrência da concretização da democracia, da participação popular no processo social: como garantir que o planejamento dos grandes investimentos seja realizado democraticamente? A sugestão de Nove parece restrita: por que apenas uma autoridade responsável perante uma assembleia eleita? Qual autoridade? A concentração de tanto poder em apenas "uma autoridade" (ou um ministério...) não é um germe de distorções burocráticas?

A definição dos grandes investimentos é para períodos mais longos (suponhamos que seja a cada quatro anos).

Não seria mais rico e mais democrático que a cada quatro anos fosse realizado um grande debate nacional, tratando dos pontos decisivos, centrais de um plano? O eleitorado, tendo acesso às informações decisivas do significado das várias alternativas apresentadas pelos diversos partidos, poderia decidir em um referendo as linhas mestras do plano. Definidas as prioridades de investimento (as linhas mestras do plano) caberia ao legislativo, ao executivo e aos organismos da democracia direta, uma dupla tarefa: adequar e desdobrar as suas respectivas responsabilidades, fiscalizando a coerente aplicação da decisão democrática.

Ritmos de crescimento

O terceiro desafio é a combinação entre a obtenção de altas taxas de crescimento com o máximo bem estar possível e com o avanço da democracia e da participação popular. Aqui os exemplos tanto do capitalismo como do estalinismo são estratégicos. Vide a experiência brasileira da época do "milagre": foi um dos períodos mais duros da ditadura militar. Veja a experiência soviética dos anos 30 e 40: o terror estalinista esteve em seu apogeu. Até o presente, taxas de crescimento elevadas combinaram-se com duros sacrifícios à população (como produtores e consumidores), e a "manutenção da disciplina" sempre comprometeu a democracia.

As pistas para a elaboração desta resposta vão por dois aspectos. O primeiro é o da definição democrática deste ritmo. Para tanto, as várias alternativas devem ser coerentemente apresentadas, indicando o que significa cada taxa de crescimento em termos de jornada de trabalho, adiamento de consumo, tempo de atendimento de tais e quais demandas populares etc. O segundo é uma crítica profunda das distorções do planejamento burocratizado, que chegou a elaborar a teoria do "desenvolvimento prioritário do setor de bens de produção". Viabilizado pela democracia, esse padrão de desenvolvimento, de um lado, bloqueia a democracia real. De outro, a escassez de bens de consumo deteriora a condição de vida, amplia o tempo gasto em tarefas domésticas, prejudicando a criação de condições reais para o controle social da economia.

O quarto desafio é a da delimitação das áreas de ação das empresas estatais e das de propriedade privada. Nove sugere que seja decidido no voto.

Mercado Mundial

O quinto desafio é o das condições internacionais (ou a relação com o mercado mundial). É razoável supor que o processo de transição ao socialismo no Brasil será anterior ao dos países industrializados avançados. Como lidar com isso? É óbvio que não optaremos por um isolamento "albanês": comércio, intercâmbio educacional e científico etc estarão presentes. Está nessa relação a chave de um problema essencial para a viabilização de nosso projeto: o acesso às tecnologias de ponta. Um problema, porque a política de quem as detém não é de sua transferência (a concorrência estabelecida pelo mercado impõe esse controle e a transformação da tecnologia em um negócio, aliás, dos mais importantes na atual era capitalista).

Estas tecnologias, em especial as baseadas na informática, na microeletrônica e na biotecnologia, podem ter uma utilização na obtenção de notáveis níveis de produtividade com baixo esforço humano direto. É uma possibilidade real de separação das elevadas taxas de crescimento de enormes sacrifícios humanos. Essa possibilidade não se encontrava a disposição de outras experiências, que ainda viam na intensificação do esforço humano (tipo taylorismo) a condição essencial para a elevação da produtividade. Diga-se de passagem que Nove não parece ter escrito o seu livro em 1983, quando já estava claro o sentido da evolução da revolução da informática e de seu impacto sobre o trabalho humano. Numa questão decisiva para o nosso tempo, Nove se cala: parece que está discutindo na década de 40 ou 50...

Voltando ao projeto do PT, ano de 1991, temos de elaborar o que seria um "processo de alcance tecnológico consciente", que deve ser articulado com o global e decisivo para retirar o país do atraso (afinal, nossa crítica à burguesia brasileira deve ser dupla: ela é atrasada socialmente e tecnologicamente...). Vamos construir o socialismo na era da informática e da robótica! Precisamos dos robôs e das inovações: sob controle dos trabalhadores, devem melhorar as condições de trabalho e viabilizar uma ampliação livre (essencial para a prática democrática!). □

O modelo proposto por Nove, segundo o próprio autor, se refere à realidade de países capitalistas industrializados, desenvolvidos.

A democratização das empresas estatais coloca o problema de combinar o controle pelos trabalhadores com o controle pela sociedade como um todo sobre estas empresas.

Em defesa do marxismo

Marcelo Hameister



Flávio Koutzi, Luís Marques, Pilla Vares, Olívio Dutra, Claus Germer e Raul Pont

Mais de setecentas pessoas participaram no dia 30 de abril do painel "Em defesa do marxismo" realizado em Porto Alegre e organizado pela tendência Democracia Socialista em colaboração com os coletivos dos deputados estaduais Flávio Koutzi, Ivar Pavan e Antonio Maragon.

Expuseram seus pontos de vista os companheiros Olívio Dutra, Pilla Vares (secretário de cultura de Porto Alegre), Raul Pont, Claus Germer (Diretório Nacional do PT), Luís Marques e Flávio Koutzi.

Em um momento de intensa pressão sobre a tradição marxista e socialista, os debatedores foram unânimes em afirmar a atualidade do marxismo como método de análise da sociedade de classes e como teoria da práxis transformadora. Prevaleceu igualmente o tom crítico ao marxismo dogmático e o reconhecimento de que o marxismo está desafiado a se desenvolver criticamente para entender as intensas transformações do mundo.

Nesta edição, reproduzimos os trechos principais das contribuições dos companheiros Pilla Vares, Claus Germer e Olívio Dutra.

Pilla Vares:

"É preciso partir de Marx"

"É importante notar que não se fala na crise do cartesianismo, do iluminismo, do kantismo, na crise do pensamento de Hegel, de Auguste Comte, não se fala na crise do pensamento de Heidegger, não se fala na crise do pensamento de Merleau-Ponty, nem na crise do pensamento de Nietzsche. Fala-se na crise do marxismo.

Só este fato bastaria para dimensionar a importância e a vitalidade do pensamento daquele que na minha opinião foi o maior gênio do século XIX.

Marx, se ele próprio estivesse colocado frente ao debate que fazemos hoje em torno do marxismo, diria:

Eu vivi no século XIX e sofri influência de meu tempo. Eu vivi num século em que a ciência e a técnica pareciam resolver tudo. Vejam bem, eu deixei uma obra incompleta. A minha obra a qual dediquei o maior tempo de minha vida "Das Kapital", tinha como modelo a Inglaterra do início do século.

Um pensador do século XIX que deixou uma obra incompleta, deixou também lacunas e ambiguidades, ambivalência e contradições. E no marxismo, eu acredito que uma das maiores marcas foi o determinismo. A visão determinista e fatalista da história, como se o destino dos homens já estivesse decidido de antemão por uma história invisível. Ora, vejam bem, nem mesmo isto na obra de Marx é uma visão definitiva. O próprio Marx contesta isso na sua obra. Quando ele diz que a história não é nada, que são as massas que fazem história, e quando ele repete numa carta a Bloch uma afirmação de Hegel extremamente chocante para aqueles que defendem com unhas e dentes uma visão determinista da história, em Marx: "A história não ensina nada porque a história é sempre nova".

A grande tragédia dos marxistas no século XIX, no século posterior a Marx foi o conformismo com uma doutrina que se julgaria pronta e acabada. E eu cotejo o conformismo que tomou conta do marxismo com a criatividade e a ousadia dos marxistas que viveram no fim do século passado e princípios do século XX.

Exemplo é a atitude dos marxistas perante o imperialismo. Já no início deste século havia uma insatisfação dos marxistas. Era evidente que o capitalismo examinado por Marx não era mais aquele vivido pelos marxistas e com o qual as massas se defrontavam no dia-a-dia. Em 1909, Hilferding

publica "O capital financeiro". Em 1912, Rosa de Luxemburgo lança "A acumulação do capital". Em 1916, quase simultaneamente, Lênin e Bukharin publicam suas obras sobre o imperialismo.

De todas estas obras, a mais significativa, embora não seja a mais erudita, é o livro de Lênin, que exerceu um papel fundamental e exemplar na história do marxismo pelo resgate que faz da subjetividade, da vontade. A visão de Lênin era de que a queda do capitalismo, o fim do capitalismo na sua etapa imperialista, seria o produto da vontade, o fruto da ação política das massas e não como entendia a maioria dos teóricos da esquerda da II Internacional, fruto do seu próprio colapso.

A social-democracia da época teve duas vertentes. Uma que contesta o livro II do Capital, no sentido de uma adaptação ao sistema, conclui que as crises tomaram-se impossíveis e que, dali em diante, o socialismo é o resultado de um acúmulo de reformas. Na vertente esquerdista, é a idéia do colapso, isto é, o capitalismo sofreria uma crise final da qual surgiria a revolução proletária. Lênin parte para uma solução política. Seu livro "imperialismo, última etapa do capitalismo" chegou a sair em uma edição com o seguinte título: "Imperialismo, a etapa mais recente do capitalismo", expressando a justa compreensão de que era a "última" no sentido de "mais recente" e não de "final".

A grande lacuna

Há um arcabouço do marxismo, na minha opinião que permanece válido. Em primeiro lugar, o desvelamento da anatomia da sociedade capitalista, a análise das classes nesta sociedade e o método histórico para analisá-la. Esta anatomia da sociedade capitalista está presente hoje na formação cada vez maior de monopólios, na alienação do trabalho através do fetiche da mercadoria - o capitalismo transforma cada vez mais em mercadoria tudo o que existe. Desaparecem as condições de existência de uma classe pequeno burguesa, como havia no tempo de Marx e de Lênin, anterior à 1ª Guerra Mundial. Mesmo o profissional liberal está transformado em assalariado. Os técnicos, os intelectuais tornam-se assalariados. Ao mesmo tempo que a tradicional classe operária, pensada por Marx como a negadora do capitalismo, começa a desaparecer nos países desenvolvidos, universalizando-se o trabalho assalariado, crescem os monopólios, a sociedade é cada vez mais hierarquizada, torna-se cada vez mais radical a distância entre exe-

"A grande tragédia dos marxistas no séc. XX foi o conformismo com uma doutrina que se julgou pronta e acabada"
(Pilla Vares)

SOCIALISMO

cutantes e dirigentes.

Mas não adianta apontar somente estes aspectos fundamentais da análise de Marx. Há que apontar também as lacunas, como, por exemplo, o atraso da revolução socialista e a inexistência de uma teoria socialista do Estado. Ainda sob o influxo de seu tempo, Marx e Engels deram pouca importância à questão do Estado. Esta é a grande lacuna do marxismo.

Feuerbach e Rouanet

O aspecto mais vivo do marxismo e que o torna extremamente atual é a idéia da práxis, contida nas "Teses sobre Feuerbach". Práxis para Marx não é a prática. Marx tem em conta a diferença que Aristóteles fazia entre prática, no sentido vulgar, e tecnos. A prática seria, para Marx, a autotransformação, enquanto tecnos é a transformação do objeto exterior. O meio da práxis é o da política, enquanto que o meio da prática é o do trabalho. Neste sentido, volto a citar Lênin, quando diz que a consciência humana não só reflete o mundo objetivo mas também o cria. O que Marx propõe é uma relação ativa e ao mesmo tempo constitutiva com a objetividade.

Queremos resgatar a importância da práxis numa sociedade dividida em classes, quando se faz a apologia da razão, da ação, de um retorno a Kant. Engels afirmava que o proletário é o herdeiro da filosofia clássica alemã. Ao dizer isto, não estava afirmando que Lula tinha que ler a "Lógica" de Hegel ou a "Crítica da razão prática", mas dizia que estes momentos da filosofia são universais. Quando se começa a ler Kant, como se Marx não tivesse existido, quando se propõe a apologia do iluminismo como se Marx não tivesse existido, esquecendo que se vive numa sociedade dividida em classes, o destino é este de Sergio Paulo Rouanet, que vai lamentavelmente saindo da Escola de Frankfurt, de Walter Benjamin e Theodore Adorno para ficar de ministro de Collor.

Benedetto Croce dizia em 1907 que "o marxismo está definitivamente morto para a humanidade, o marxismo está numa crise final de agonia...". Mas nós estamos, em 1991, falando em crise do marxismo. Temos que partir de Marx, citando as lacunas, insuficiências, ambiguidades, ambivalências e contradições na teoria marxista. Não existe hoje nenhum movimento, nem pela esquerda, nem pela direita de Marx, capaz de transformar-se num momento de efetiva negação do capitalismo.

Não partir de Marx nos leva a caminhos que vão dar em lugar nenhum, como comprova Sergio Paulo Rouanet. Que não surjam outros Rouanets, principalmente dentro do PT".

Olívio Dutra

"Um método imprescindível"

"O marxismo, longe de estar derrotado, aceita, como desafio, estar permanentemente em crise. Mas, para os marxistas, a crise do marxismo não é a mesma coisa que para os antimarxistas, para a direita, para os conservadores. O marxismo é um método importante de interpretar a história, os fatos sociais, de organizar os pensamentos e estabelecer corretamente no tempo, no momento adequado a nossa ação prática, a nossa "práxis".

Sei que nós, a esquerda, o vasto campo da esquerda democrática e popular, temos diferenciações a respeito da questão de como interpretar a história, de como aplicar o método marxista, de como nós conduzir ante os desafios - seja na luta mais simples do movimento popular, seja na luta econômica e no movimento sindical. Temos que trabalhar o cotidiano, transformando-o. Isto implica em transformar-nos a nós mesmos, isto é, aceitar também os outros, seus ritmos de aprendizado, ter clareza que o nosso inimigo em um dado momento pode não ser mais no momento seguinte.

Penso que o método marxista é imprescindível. Não existe nenhum outro capaz de nos dar clareza, para que nossa atuação prática seja consequente. Ser marxista não é só ter clareza das coisas do cotidiano, materiais palpáveis, nem pretender ter clareza para tudo no terreno das idéias e da ideologia, mas é estar aberto para aprender, compreender o mundo, caminhar para frente na tarefa de transformá-lo.

É claro que há necessidade de transformar a sociedade em que vivemos, marcada por contradições enormes e por injustiças. E não há como transformar esta sociedade, se não tivermos uma forma revolucionária de interpretá-la. É preciso aprender o mundo, compreendê-lo, para transformá-lo.

O verdadeiro marxista, no meu entendimento, é aquele que,

além disto, tem uma profunda compreensão dos outros e de si mesmo. Tudo o que é humano não é indiferente a um marxista. Acho que isso é ser profundamente cristão e revolucionário".

Claus Germer

"Os dogmas enfraquecem o marxismo"

"O marxismo passou por um período de dogmatização e ossificação na época do stalinismo. Talvez seja essa uma das causas das dificuldades teóricas que enfrentamos.

O marxismo sempre se desenvolveu nos momentos de luta teórica intensa. Pode-se dizer que todas as grandes obras do marxismo são fruto de uma luta política importante. A crítica atual do marxismo também se faz dentro de um processo de luta política. É importante que, no processo do Congresso do PT, se realize esta discussão. Porque existe hoje, na esquerda, uma tendência antimarxista. Há setores que aderem a pontos de vista da burguesia, a pretexto de crítica construtiva. Há quem critique o marxismo andando para trás. A crítica de esquerda é a que desenvolve a teoria marxista com base para a revolução socialista.

As críticas ao marxismo não são novas. Algumas datam de cem anos atrás. Os economistas burgueses vão se abastecer em Ricardo que é anterior a Marx. Mas a análise que Marx faz à sociedade capitalista não está desatualizada pelo fato de que não havia monopólios no tempo dele. O lucro continua sendo, cada dia mais, extraído do trabalho da classe trabalhadora. Estamos discutindo muito a democracia e os aspectos políticos, mas nos dedicamos pouco às questões econômicas. O combate à estatização faz parte da onda neo-liberal. Propagandisticamente, a burguesia pretende estreitar o Estado e se inventa a "reforma do Estado", como versão esquerdista do neo-liberalismo. Os males da estatização são os males desta estatização. Temos que pleitear não o fim da estatização, mas o fim da burguesia para instituir a estatização socialista.

A questão da ruptura ainda é uma das mais importantes, hoje em dia. Os acontecimentos do Leste europeu, a ofensiva do neo-liberalismo, a prosperidade do capitalismo na Europa, nos Estados Unidos e no Japão que cooptou a classe operária desses países e os partidos antigamente revolucionários, minoaram a resistência teórica e ideológica do marxismo. Também a dogmatização do marxismo, enfraqueceu nossa capacidade de resistir a uma ofensiva desse tipo.

A via reformista

A via reformista elege a luta institucional como a luta principal, o que requer uma reinterpretação da visão marxista do Estado. A conquista de maiorias parlamentares tornaria a ruptura desnecessária. Mas a experiência diz o contrário: todos os países socialistas ocidentais que tentaram a via reformista não transformaram o capitalismo em socialismo. Eles é que se transformaram de socialista em capitalista.

No chamado processo de desradicalização, que ameaça nos atingir, o partido começa revolucionário, entra em disputas eleitorais, enfrenta uma situação de inferioridade no plano político, entra na disputa eleitoral que requer vitórias para se legitimar, para isso rebaixa o nível do discurso e, de rebaixamento em rebaixamento, de repente, há um salto qualitativo para baixo. Nos países capitalistas europeus, a desradicalização teve seu exemplo mais importante no eurocomunismo, no qual se inspiram os nossos companheiros que defendem a via reformista. Estão desatualizados. O eurocomunismo faliu há dez anos. O PC italiano se transformou nessa "coisa": Partido da Esquerda Democrática. E o PC francês enfrenta os mesmos problemas.

Outra questão importante é entender a tese de Gramsci sobre a hegemonia e o estado ampliado. Para Gramsci, a hegemonia no plano ideológico era uma complemento da força de coerção política do estado proletário na repressão à burguesia. A luta ideológica é um complemento da luta sem quartel contra a burguesia para a tomada do poder. O que estão fazendo, agora, é substituir esta visão por um "discurso de tribuna". Não se conquista a hegemonia desse jeito. A disputa ideológica também tem uma conotação de força. A luta política não é uma disputa lírica, é uma disputa pelo poder. Gramsci não desmentiu nenhuma questão do marxismo, nem mesmo o leninismo, no que pode até estar errado. Mas é preciso ler Gramsci por inteiro". □

"Não existe hoje nenhum movimento, nem pela esquerda nem pela direita de Marx, capaz de transformar-se num momento de efetiva negação do capitalismo"
(Pilla Vares)

"O euro-comunismo no qual se inspiram tantos companheiros fallu há dez anos. O PC Italiano transformou-se nesta coisa: O Partido da Esquerda Democrática"
(Claus Germer)

O direitismo é uma reforma desavergonhada

Ronald de Oliveira Rocha

O esquerdismo e a vergonha da reforma, resposta de Tarso Genro Filho ao Democratizar o Estado ou iludir o povo?, começa com uma lamúria: "é muito difícil situar o eixo do artigo de Ronald". Eis o pretexto para evitar o debate.

De fato, nenhuma das minhas críticas ao socialismo liberal e às propostas reformistas de Genoino e Tarso foi respondida. Tarso procurou também escamotear as diferenças evidentes entre a sua plataforma e a contida no Democratizar. Chegou ao ponto de afirmar que "os direitos políticos e sindicais dos soldados, cabos e sargentos (...) a estatização do sistema bancário (...) as mudanças nas leis de greve, sindicais e previdenciária (...) os dispositivos que permitem desapropriar latifúndios e realizar medidas de reforma agrária (...) as iniciativas legais que tocam na remessa de lucros e no escândalo da dívida externa" são apenas "mais alguns pontos".

No silêncio ecoa outra lamúria: "...como se Genoino e eu estivéssemos fazendo a apologia do Estado burguês (...). Talvez, esteja aqui inscrita a velha noção dos anos 30 na URSS: a do 'inimigo objetivo'. "Se Tarso julga "ética e politicamente" inaceitável para os socialistas fazerem "apologia das instituições do Estado burguês", das duas uma: ou discute o mérito da crítica ou faz auto-crítica. É ou não é uma abordagem apologética defender que o Estado burguês pode ser democratizado e que a política socialista deve orientar no sentido de evitar a sua "decadência" e a "deterioração ainda maior de suas funções"? De mais a mais, quando defendi há oito anos que as formações sociais do Leste Europeu e da China não eram socialistas e localizei os mesmos "anos 30 na URSS" como ponto de viragem da contra-revolução burocrático-stalinista, Tarso falou em um suposto "anti-sovietismo". Não passou pelo meu cérebro a idéia esdrúxula de que estivesse me considerando um "inimigo objetivo". Nem que operasse a "velha tática de atribuir aos adversários, na contenda teórica, posições éticas e politicamente inaceitáveis."

Exorcizar demônios

Como não pôde comprovar um suposto menosprezo pela luta por reformas, Tarso resolve se auto-impor a penosa tarefa de procurar chifre na cabeça de cavalo: "Ronald (...) seguidamente combina a exclusiva posição revolucionária com concessões à luta por reformas." Mas não pôde simplesmente apagar a opinião documentada em Democratizar: "A luta por reformas, ao mesmo tempo em que representa um esforço na melhoria das condições de vida para os seres humanos sob o capitalismo, educa politicamente as classes populares; coloca em marcha e organiza o bloco histórico revolucionário; e constrói a base de massas do movimento socialista." Alí estão, límpidos, os momentos moral, pedagógico, político-prático e contra-hegemônico da luta por reformas. Porém, Tarso não se contenta. Só pensa em reformas e, como desabafa o compositor, "que tudo mais vá pro inferno". Não é por outro motivo que descobre o supremo crime de sempre deixar "um 'pezinho' na reforma". Acha insuficiente, quer os dois pezinhos.

Eis como aparece a surrada contraposição metafísica entre lutar por reformas e construir a revolução: "fazer política" ou ter uma "vocaçãõ doutrinária"? Para Tarso, "revolucionarismo" e "doutrina" continuam sendo sinônimos respectivos de esquerdismo e doutrinário. Procura exorcizar seus próprios demônios. O mais lamentável é que joga no lixo as temáticas da revolução social e da doutrina política. Já que não podemos fazer a revolução façamos apenas reformas, eis o convite. A revolução continua sendo exclusivamente a "insurreiçãõ revolucionária", o gran finale, a destruição material do Estado burguês. Como se deve



"reconhecer a própria impossibilidade de uma ruptura radical na situação presente", com o que concordo, as tarefas revolucionárias ficam arquivadas, do que discordo in totum.

Visão instrumental

Muito além de lutar por reformas é preciso inseri-las na racionalidade da estratégia socialista e construir a revolução no cotidiano da luta de classes e da vida individual. Trata-se de uma práxis *latu senso*: em nível da política, da moralidade comportamental, da cultura, da ideologia, da própria filosofia. Se o compreendesse, Tarso não pediria que fosse "comunicado com urgência para participar da empreitada" caso estivesse "enganado a respeito das possibilidades de destruir o Estado brevemente". Teria se colocado a questão de como participar revolucionariamente da luta por reformas. Perceberia que organizar a revolução no atual momento estratégico implica sensibilizar corações, instigar as mentes, participar no movimento de massas, partidariar os trabalhadores, enfrentar politicamente o Estado burguês, constituir a contra-hegemonia socialista e assim por diante, o que jamais será realizado sem "revolucionarismo" e sem "doutrina".

A luta por reformas pode adquirir, neste prisma, o caráter de luta de classes e um sentido anti-capitalista. Não se prende à seguinte camisa-de-força: a realização da plataforma, "hoje, só pode se dar pela via do Congresso e não pela via revolucionária". Para Tarso, já que a revolução não é hoje factível, devemos centrar nossa política no Congresso. Sequer considera a hipótese de um amplo movimento político de massas em torno de reivindicações parciais, com epicentro na sociedade civil e tendo no parlamento uma de suas dimensões. Fica novamente comprovado que Tarso está com uma visão instrumental das lutas dos trabalhadores: continua enxergando-as enquanto simples meio de "pressão" (...) sobre o Congresso", como consta na Folha de São Paulo, 19/12/90.

Última lamúria

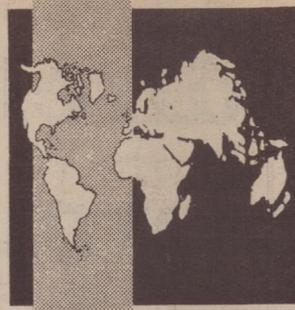
A seguir, o núcleo da confusão: "a reforma do Estado que não passar pelo Congresso só pode se dar com destruição do Estado burguês...". Vamos e venhamos: se houver "destruição do Estado burguês" a própria "reforma do Estado" burguês vira um contra-senso. Como reformar o que deixou de existir? Mais elucidativa é a permanente recaída reformista. Primeiro se reduz a plataforma política à chamada "reforma do Estado". Depois, troca-se de mansinho a categoria centrar por "passar". É óbvio: toda conquista precisa "passar" pelo Legislativo para se cristalizar juridicamente, mas não é disto que se trata. Discutimos o terreno amplo e multilateral da luta de classes, não uma fixação legalista.

A última lamúria: "o respeito que tenho pelo companheiro Ronald não me impede de dizer que o seu artigo já foi escrito um milhão de vezes...". Se a mera repetição de palavras convencesse, o respeito que tenho pelo companheiro Tarso me angustiaría por não ter tido condições de escrever Democracia um bilhão de vezes. Mas o esquerdismo, que já foi escrito um trilhão de vezes, sacramentaria o adágio bernsteiniano de que "o movimento é tudo e o objetivo é nada". E o processo contemporâneo contra o sujeito revolucionário teria um *verdictum*. □

Para Tarso Genro, já que a revolução não é hoje factível, devemos centrar nossa política no Congresso. Sequer pensa em um amplo movimento político de massas em torno de reivindicações parciais.

Ronald é membro da Direção Nacional do PT e da Coordenação Nacional do Movimento por uma Tendência Marxista.

Um Congresso de transição



João Machado

Realizado sob o impacto da guerra do Golfo, o 13º Congresso da IV Internacional foi aberto por um informe e um debate sobre o conflito. Os informes e resoluções adotadas procuraram abarcar um exame globalizante sobre as grandes mudanças que vêm se operando na cena internacional: a situação mundial; a União Soviética; na América Latina; a Europa capitalista; a luta pela libertação das mulheres na América Latina e nos países imperialistas e a situação do movimento feminista nestes países.

Os temas mais diretamente relacionados à construção da IV foram tratados nos itens "a feminização das organizações e órgãos de direção da IV Internacional" e "a construção e funcionamento de seus organismos de direção".

O Congresso discutiu um primeiro projeto de tese sobre "Ecologia e revolução socialista". Será tema de um debate mais aprofundado, um projeto de manifesto programático, que busca explicar as raízes mais profundas da crise de credibilidade do projeto socialista que golpeia o movimento dos trabalhadores há vários anos e que se acentuou a partir do colapso do chamado "campo socialista" em 1989/1990.

Tendências e polêmicas

Quatro tendências expressaram-se no 13º Congresso, reivindicando posições diferentes daquelas defendidas pela maioria do Comitê Executivo Internacional (organismo máximo da IV Internacional entre dois Congressos): a Tendência pela Construção da IV Internacional (maioria da seção inglesa e minoria da seção francesa), o Socialist Action, Socialist League e a Tendência de Esquerda. Juntas, porém, elas não chegavam a compor 10% dos delegados presentes.

Sobre a situação internacional, o debate girou principalmente sobre o alcance da contra-ofensiva imperialista e o que isto significava em termos de alterações globais na correlação de forças. A maioria caracterizava como defensiva a situação dos revolucionários "em diversas frentes da luta de classes internacional", embora reconhecendo a situação geral marcada pela instabilidade. A principal tendência minoritária (TCQI) recusava a caracterização de "defensiva", enfatizando a instabilidade e falava de uma "correlação de forças tensa" e de "aceleração da crise imperialista".

América Latina

A discussão sobre a América Latina tinha dois centros de gravidade. Por um lado, uma avaliação geral do período e das modificações em curso. De outro, um debate específico

sobre a derrota dos sandinistas e a situação da luta revolucionária em El Salvador.

Tornou-se evidente que o estrangulamento do processo nicaraguense mediante o bloqueio econômico e a guerra de "baixa intensidade", os efeitos devastadores das políticas neoliberais que aprofundam a dependência com o imperialismo recolocaram a necessidade de uma reflexão estratégica no Continente. Os êxitos eleitorais no Brasil, no Uruguai e, inclusive no Haiti, colocam o desafio de como combinar os espaços institucionais com uma política de construção do poder popular. Ao mesmo tempo, reafirmam a necessidade de aprofundar o intercâmbio e coordenação entre as distintas forças antiimperialistas e revolucionárias para dar continuidade ao Encontro de São Paulo, realizado no ano passado.

Convergência dos revolucionários

Em 1985, o 12º Congresso da IV havia já constatado que o movimento operário internacional entrara em uma fase longa e desigual de recomposição entre as diversas correntes e tradições que o organizavam. A IV postulou, então, a proposta de participar vivamente destes processos de recomposição, sem descartar o objetivo de se construir e se fortalecer enquanto corrente com uma contribuição específica. Os processos de fusões e integrações realizados durante estes anos (ver EM TEMPO 250) são a aplicação desta linha que propõe a construção de uma nova Internacional de massas a partir do diálogo e trabalho comum com outras correntes. Com a queda do Muro, caíram certas barreiras que separavam correntes revolucionárias de diferentes origens e tradições. O diálogo se faz ainda mais necessário e se relaciona com a possibilidade de construir respostas comuns aos novos desafios. Em certa medida, o 13º Congresso expressa uma situação de transição, uma combinação de um Congresso propriamente dito, com o aspecto de uma Conferência aberta, onde discutiu-se fraternalmente, com outros companheiros e companheiras vindos de outros pontos de partida, com outros horizontes muito distintos. É significativo neste sentido que o número de delegados e o de observadores e simpatizantes era praticamente o mesmo.

Mais do que uma quimera, o internacionalismo mostra-se cada vez mais como uma viva necessidade para os trabalhadores e revolucionários de todo o mundo. O 13º Congresso acolheu por unanimidade um apelo do secretário-geral do PT, companheiro José Dirceu, no sentido da convocação para o próximo ano de uma conferência mundial para discutir e reafirmar a atualidade do socialismo no final do século XX. □

O 13º Congresso foi marcado por uma disposição majoritária de aprofundar o debate e a construção de referências comuns com outras correntes e partidos revolucionários.

Atualidade do socialismo

Aqui, a síntese da saudação dirigida ao 13º Congresso pelo companheiro José Dirceu.

"Em meu nome e em nome da direção nacional do PT trago esta saudação a esta Conferência da IV Internacional.

Nossa presença oficial aqui não é ocasional, é fruto da luta pelo socialismo que juntos, no Brasil, nós fazemos e aprendemos. Quando falo nós, incluo os companheiros da tendência Democracia Socialista. Todos nós que construímos o PT temos objetivos comuns.

Às vezes me surpreendo em ver como muitos não aprenderam com a experiência do PT. O PT não é um partido de ocasião, ele veio para ficar; não é um pequeno partido. E o Brasil não é um país sem importância. Não digo isto por nós; falo porque uma revolução no Brasil teria uma grande importância para todos os socialistas, especialmente talvez para os trotskistas: seria a primeira revo-

lução vitoriosa em um país já com base industrial.

Nós do PT temos total acordo com muitas questões tratadas aqui, com o internacionalismo proletário, com a solidariedade internacional. A burguesia nunca sonhou tanto, como neste fim de século sonha com a estabilidade da sua dominação. E nunca esteve tão enganada: a guerra do Golfo, as crises do Terceiro Mundo mostram que esta estabilidade é ilusória.

Eu e os companheiros da DS éramos marxistas quando começou a construção do PT, e fomos ao PT para aprender. Hoje, dez anos depois, voltamos a ter mais perguntas do que respostas. Temos o desafio de explicar o que queremos com o socialismo, qual é o nosso socialismo.

O PT tem desenvolvido muitas idéias que são

importantes para isto. Temos clara a importância da democracia, da política de alianças, da luta institucional, e achamos que tudo isto é decisivo para a construção da democracia no socialismo.

Hoje, falando com o companheiro Mandel, levantei a idéia da realização de um Fórum Internacional para debatermos o socialismo, para reafirmarmos sua atualidade, o que poderia ser feito com a participação dos companheiros da Europa do Leste.

Quero concluir reafirmando que todas as seções da IV podem ter certeza da importância da contribuição dos companheiros da DS na construção do PT: pela contribuição teórica, pela lealdade no trabalho da construção partidária e no debate político, pela compreensão desde o início de que o PT era um partido estratégico."

A situação mundial

(Segunda parte) Resoluções do XIII Congresso Mundial da IV Internacional

"VII - O desafio democrático na China

Em condições sociais muito diferentes, a China ilustra as contradições nas quais se debate a burocracia. A resposta brutal da burocracia ao movimento democrático de 1989 é uma demonstração da capacidade do aparelho de tirar proveito da passividade das massas camponesas, que continuam amplamente majoritárias no país. Mas as dificuldades encontradas na recentralização econômica e na retomada do controle sobre as forças centrífugas liberadas durante o período das reformas, obrigam a direção do Partido Comunista Chinês a navegar ao azar, incapaz de reestabilizar seu poder.

A instabilidade política e o descontentamento social acumulados ao longo de dezenas de anos e postos em evidências pelas manifestações de 1976, a resistência passiva dos operários e dos camponeses, a estagnação econômica em particular na agricultura, forçaram a burocracia reinante a empreender reformas econômicas combinando um relaxamento parcial de seu controle sobre a economia com a manutenção de seu monopólio sobre o poder político.

Firmou-se desde 1978 a idéia de restabelecer o caráter mercantil dos meios de produção e da força de trabalho. O poder foi parcialmente descentralizado ao nível da gestão das empresas e administrações, foi relaxada a coerção sobre os camponeses, as regiões costeiras foram abertas aos investimentos estrangeiros (drenando, dessa forma, os recursos do interior para essa região, e a burocracia quis fazer com que os trabalhadores e camponeses pagassem o preço dessas reformas, favorecendo as diferenças sociais. Foi levantando o controle de certos preços e um livre mercado foi estabelecido para certos meios de produção.

Apesar de uma elevação inicial e a curto prazo do nível médio de vida, essas medidas chocaram-se com uma aguda intensificação da resistência contra o aumento dos preços e a queda consecutiva do nível de vida. A desilusão com uma reforma econômica, beneficiando essencialmente os privilegiados, alimentou novas aspirações à democratização e à liberalização. No seio da própria burocracia, mesmo que uma fração limitada estivesse pronta a buscar uma nova base de poder em novas formas de propriedade, o grosso do aparelho continuava a basear sua dominação, antes de mais nada e acima de tudo, no controle burocrático dos meios de produção estatizados.

A explosão do movimento de 1989 pela democracia política e seus desenvolvimentos na Europa oriental constituíram sinais de alarme para a burocracia. Os elementos pequeno-burgueses que emergiram e se desenvolveram durante o decênio de reformas, concentrados nas regiões costeiras, ainda são fracos para contrabalançar o poder das direções centrais e provinciais.

A direção central da burocracia permanece decisiva, pelo seu controle sobre os principais recursos. A explosão popular de 1989, portanto, levou a burocracia a reforçar seu controle político e a frear temporariamente sua ofensiva contra as conquistas essenciais dos trabalhadores e dos camponeses, sem reverter, entretanto, seu curso de liberalização política e econômica.



O movimento pela democracia política que explodiu na primavera de 1989 marca um avanço no processo da luta popular contra a burocracia. Esta mobilização dos estudantes e das massas urbanas na maior parte das grandes cidades constituiu uma reação aos dez anos de reforma econômica, de corrupção desabrida, de crescimento das desigualdades sociais. Para os estudantes, os trabalhadores e seus aliados, a exigência central era a democratização política concebida como a única saída para escapar da estagnação e da regressão social. O domínio do Partido Comunista foi abertamente desafiado e questionado, desembocando numa contestação radical da legitimidade do partido-Estado. A curto prazo, a repressão que se seguiu à repressão militar de 4 de junho visou a eliminação das organizações autônomas embrionárias dos estudantes, intelectuais e trabalhadores, bem como dissuadir qualquer resistência popular. A médio prazo, entretanto, o recurso à brutal repressão militar de parte de uma burocracia desacreditada põe a nu sua incapacidade de auto-reforma.

As lutas estudantis eram sinais precursores da intervenção dos trabalhadores urbanos na arena política. Os trabalhadores começavam a se mobilizar e a se organizar, provocando uma desintegração parcial dos aparelhos do partido. Destacamentos de operários dirigiram-se aos camponeses para pedir-lhes que apoiassem a luta dos estudantes. Nesse sentido, o movimento de 1989 representou a continuação do movimento democrático começado em 1976.

Durante a primavera de Pequim de 1978-81, os dissidentes, principalmente antigos guardas-vermelhos da Revolução Cultural, organizaram-se em pequenos grupos

O movimento pela democracia política que explodiu na primavera de 1989 marca um avanço no processo de luta popular contra a burocracia chinesa.

A formação de um estado imperialista alemão unificado constitui uma vitória histórica do imperialismo e uma modificação das relações de força na Europa a seu favor.

A sociedade montada por empresários alemães para gerir oito mil empresas no Leste destroça os empregos em massa e transforma o que resta do aparelho industrial em apêndice dos grandes trustes imperialistas.

Mais de 700 milhões de seres humanos sofrem um empobrecimento absoluto. Agrava-se vertiginosamente a distância entre os países imperialistas e os da periferia capitalista.

em torno de vivas discussões sobre o desenvolvimento da China. A maior parte dos Samizdats desse período abordava a questão da democracia política associada à autogestão e à planificação econômica. Certos militantes desse período, mais tarde libertados das prisões, encontravam-se entre os animadores da primavera de 1989. Este movimento também põe em evidência as debilidades de um movimento operário atomizado por muito tempo, o esmagamento de sua consciência, os efeitos de anos de reformas econômicas e de ofensiva ideológica, a maré montante do desencorajamento ante a ausência aparente de alternativas. Estas são as debilidades que deverão ser superadas na crista de uma revolução popular, visando restabelecer a democracia e defender as conquistas das massas operárias e camponesas contra os efeitos de uma restauração capitalista.

VIII - A unificação alemã

1. Em 3 de outubro de 1990 consagrou-se a absorção da RDA pela RFA. As condições desta unificação revelam a reviravolta em curso na situação mundial. A restauração do capitalismo sobre o território da RDA, a extensão do poder político da burguesia alemã ocidental sobre os destroços da ditadura estalinista rompida pelo movimento popular do outono de 89, a formação de um estado imperialista alemão reforçado constituem uma vitória do imperialismo e uma modificação das relações de força na Europa em seu favor.

2. Este rápido desfecho é resultante de uma combinação de vários fatores:

- A deterioração comparativa da situação econômica e social da RDA em face da RFA, no quadro de crise estrutural comum ao conjunto das economias de comando burocrático. Desde meados dos anos 80, o sistema econômico da República Democrática Alemã estava esgotado. O nível de produtividade do trabalho era 50% inferior ao da RFA. As camadas inferiores e médias da burocracia passaram da perda de confiança na direção à perda de confiança no sistema em seu conjunto, ao mesmo tempo que emergiam os movimentos de oposição.

- Se as primeiras mobilizações, até a queda do muro, eram essencialmente antiburocráticas e animadas por correntes que se reivindicavam socialistas, não existia entretanto uma direção reconhecida, implantada, experimentada e preparada para orientar esse combate ao mesmo tempo contra a burocracia e contra o imperialismo; a confiança da classe operária em si mesma e em sua capacidade de gerir a sociedade estava destruída por anos de esmagamento burocrático e desgastada pelo sentimento de falência econômica.

- Nestas condições, a existência de um sentimento nacional frustrado pela partilha punitiva e a tutela humilhante impostas à Alemanha no fim da guerra pelos imperialismos vitoriosos e pela burocracia soviética, a unidade a qualquer preço - para a maioria dos alemães - parecia oferecer a única perspectiva imediata, sem considerar seu custo social.

- A potência econômica e financeira da RFA exercia plenamente sua atração aos olhos de uma população

golpeada pela regressão social e sem saída positiva a Leste.

3. A IV Internacional, desde o primeiro dia na oposição à partilha imposta à Alemanha, sempre se pronunciou em favor de uma Alemanha unida e socialista.

- Nos países imperialistas, nos pronunciamos pela retirada incondicional das tropas imperialistas da Alemanha e contra a pretensão das potências aliadas vitoriosas na Segunda Guerra Mundial de determinar o futuro da Alemanha.

- Da mesma forma, defendemos o direito incondicional à autodeterminação dos alemães do Leste, inclusive no caso deste direito resultar em uma unificação com a Alemanha imperialista, e nos mobilizaríamos contra toda tentativa de negar pela força o exercício desse direito.

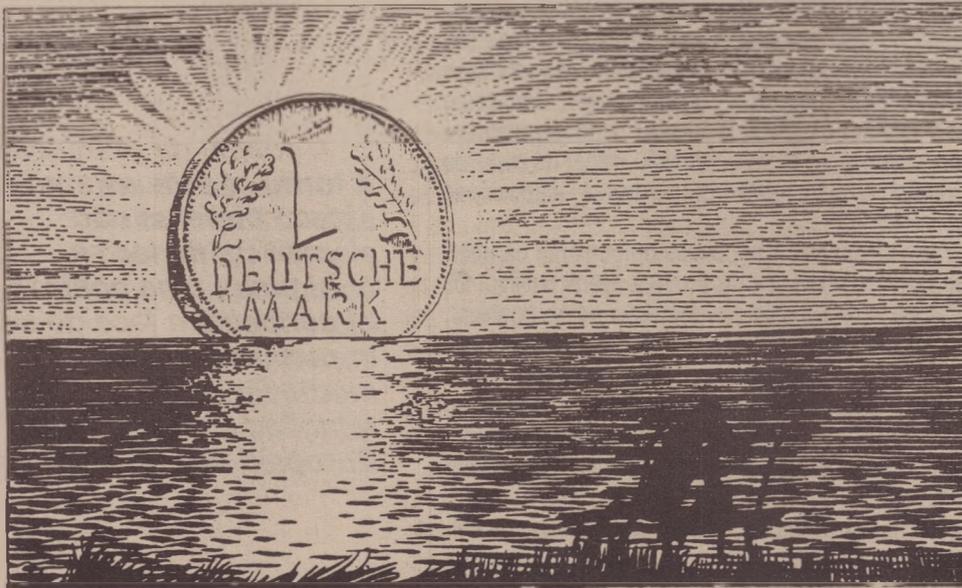
- Em compensação, ao defender este direito imprescindível, afirmamos que, de nossa parte, não éramos partidários de uma unidade da Alemanha a qualquer preço, e sim que éramos contrários à unificação capitalista da Alemanha através do plano Kohl e das consequências que daí resultariam para os trabalhadores da Alemanha unificada sobre estas bases, que os trabalhadores da RDA deveriam responder às condições de Kohl, colocando suas próprias condições prévias à unificação: a garantia do pleno emprego, a manutenção dos aluguéis e serviços sociais baratos, a manutenção do direito constitucional ao emprego, a manutenção do direito ao aborto, a recusa à restituição da terra aos proprietários de antes de 45...; que eles deveriam multiplicar os laços com o movimento operário da Alemanha Ocidental para estabelecer uma plataforma comum de luta pelas 35 horas, pelo estabelecimento de um fundo de igualização dos salários, pelo direito de voto dos imigrantes de um lado e, de outro, pela supressão da polícia política e das leis discriminatórias ao emprego no lado ocidental, pela desmilitarização...

4. Hoje, as consequências desta unificação em marcha forçada e sob as condições impostas pela burguesia alemã ocidental, já são perceptíveis. Os custos da reunificação aumentam de mês a mês. A sociedade montada pelos empresários alemães ocidentais para gerir 8.000 empresas (6 milhões de assalariados) no Leste destroça os empregos em massa e transforma o que resta do aparelho industrial em apêndice dos grandes trustes imperialistas. Os investimentos produtivos continuam reduzidos enquanto o mercado consumidor é conquistado pelos produtos do Ocidente, provocando uma grave crise na agricultura.

O Leste transforma-se numa região anexada e subdesenvolvida com cidadãos de segunda classe. Suas exportações naufragaram desde que seus clientes tradicionais tiveram que pagar as importações em divisas fortes. Entre a queda do muro e a unificação, o número de empregos foi reduzido em 10%; milhares de alemães orientais, de agora em diante, vão trabalhar no Ocidente, alguns ilegalmente ou a título precário. No dia da unificação, a taxa de desemprego no Leste chegava aos 17%, uma das mais altas da Europa. Desse modo, a unificação da Alemanha foi consumada politicamente, mas não está concluída social, nem economicamente.

O crescimento do desemprego, no quadro do Estado unificado, deteriora a relação de forças entre as classes no conjunto do país. A legislação contra os refugiados e imigrantes é agravada. A extensão da criminalização do aborto ao Leste é prevista num prazo de dois anos. A Alemanha unificada pertence à Otan, o que permite ao Pacto Atlântico ampliar sua presença até as fronteiras polonesas.

5. No plano político, a unificação beneficia os partidos da direita. Aparece como um êxito de Kohl. No Ocidente, a corrente socialista no seio do SPD praticamente desapareceu. O Partido Comunista Alemão foi abalado. Os verdes, em sua maioria, derivaram para a direita. Entretanto, os efeitos da reunificação podem alimentar lutas de resistência e suscitar explosões operárias. Os meios burgueses estão inquietos com o custo econômico da operação e com sua compatibilidade com os compromissos europeus. Enfim, se a unificação capitalista constitui uma derrota política do movimento operário, a tentativa de obrigar os assalariados a pagarem o custo financeiro do



negócio cria o risco de chocar-se, sobretudo no Ocidente, com uma poderosa classe operária, altamente organizada e ciosa de suas conquistas. A burguesia, portanto, aceitou correr esse risco.

Em consequência, de agora em diante, a tarefa central consiste em unificar as exigências e as lutas a Leste e Oeste: por uma redução geral do tempo de trabalho; pela defesa da propriedade pública na Alemanha do Leste, sob controle dos trabalhadores; por um alinhamento dos salários com os do Oeste com financiamento por um fundo de equalização; pela manutenção e extensão ao Ocidente dos serviços sociais gratuitos da antiga RDA; contra o financiamento da unificação à custa dos orçamentos sociais, pela redução dos orçamentos militares; por uma Alemanha desmilitarizada numa Europa desnuclearizada.

IX - A onda do choque

nos países dependentes

1. A crise e o agravamento da concorrência aprofundam as desigualdades no seio dos países imperialistas, entre países imperialistas e economias planificadas. Condenam a maior parte dos países dependentes a uma nova espiral de subdesenvolvimento. Esta situação é parte integrante das condições de funcionamento do capitalismo à escala internacional. É a retaguarda necessária para os "milagres" postos em relevo para seduzir os trabalhadores da Europa oriental, da China e da URSS com as virtudes do mercado.

Mais de 700 milhões de seres humanos sofrem um empobrecimento absoluto. Agrava-se a defasagem entre os países imperialistas e os países semicoloniais. O "mercado" condena os povos da grande maioria desses países a uma deterioração espetacular de suas condições de vida. O crescimento das economias imperialistas repousa sobre essa opressão crescente. O peso da dívida serve aos organismos internacionais como arma política para impor disciplina e modernização da pobreza, negando a soberania nacional de países que, há dez anos apenas, pareciam os melhor situados para se alçarem acima do fosso do subdesenvolvimento.

Os países da América Latina tornaram-se exportadores de capital (serviço da dívida e fuga de capitais) em proveito das metrópoles imperialistas. O continente africano se afunda no desespero e ameaça falir. O subcontinente indiano pode ser varrido por conflitos étnicos. O Oriente Médio continua sendo um barril de pólvora. As explosões sociais e os levantes populares se multiplicam.

Entretanto, a falência das economias planificadas não-capitalistas significa, ao mesmo tempo, uma crise de perspectiva econômica e a perda do que era ilusoriamente percebido como uma retaguarda: "o campo socialista". Este isolamento aumentado das lutas de libertação nacional, de um ponto de vista estatal e diplomático, não é compensado pelo avanço de um novo internacionalismo militante. A marginalidade dos movimentos de solidariedade com a Nicarágua e El Salvador (em comparação com o papel desempenhado no passado pelo movimento anti-guerra quando da intervenção no Vietnã), a debilidade das reações à intervenção americana no Panamá, a instalação de bases militares na América Latina a pretexto de luta contra as drogas, as intervenções francesas na África, o demonstram.

2. A perda das eleições pela Frente Sandinista, na Nicarágua, inscreve-se neste contexto.

• A revolução sandinista triunfou num pequeno país, produtor de alguns artigos agrícolas, fortemente deformado por longos anos de dominação oligárquica e imperialista. Menos que em qualquer outro, era possível ali construir o socialismo num só país, nem mesmo uma política econômica autárquica para garantir um princípio de transição. A menos que recorresse massivamente à ajuda externa e à recaída em novas dependências, a revolução sandinista só tinha a possibilidade de uma acumulação a partir de suas exportações agrícolas e uma industrialização inicial pela transformação das matérias-primas agrícolas em produtos manufaturados. Uma tal perspectiva foi hipotecada pelo esforço de guerra imposto pela agressão (50% do orçamento, destruição das colheitas que eram fontes de divisas) e pela deformação de uma

Gilles Caron/Gamma/Sigla



economia submetida a estes esforços.

• A impossibilidade de vitória da revolução salvadorenha em 1980/81, intervenção americana em Granada em 1983 e, sobretudo, a pesada derrota da revolução guatemalteca em 1982 condenaram a revolução sandinista a um isolamento duradouro ao qual se acrescentou a partir de 1985 o peso do processo de negociação dos conflitos regionais entre o imperialismo e a burocracia. Estas negociações, que encontram sua expressão na reunião de cúpula de Malta, deixaram a mão livre ao imperialismo para intervir no Panamá e para sitiar a revolução nicaraguense com uma guerra dita de "baixa intensidade", visando mais o estrangulamento político e econômico que a vitória militar.

• Nestas condições, os dirigentes sandinistas esforçaram-se para jogar com o tempo. Encurralados numa economia de guerra, quiseram preservar relações internacionais diversificadas e evitar medidas de socialização rápida que teriam alcance político interno mas efeitos econômicos imprevisíveis. Apesar da agressão, deram uma lição ao mundo ao não renunciarem à democracia, ao pluralismo político e sindical, à realização das eleições gerais em 1984 e 1990.

A honrosa manutenção da democracia pela Frente Sandinista não se identifica com a realização de eleições parlamentares e presidenciais sob a alta supervisão internacional. Formalmente "livres" para os observadores, essas eleições celebradas sob bloqueio econômico, chantagem creditícia, pressão militar nas fronteiras, estavam muito longe disso para os nicaraguenses.

O resultado eleitoral alcançado pela FSLN, depois de 10 anos de guerra, demonstra a sua legitimidade junto às massas nicaraguenses. Entretanto, o mecanismo democrático escolhido pelos sandinistas tem todos os limites e inconvenientes do parlamentarismo burguês: separação do executivo e do legislativo (resultando no reforço do poder presidencial), delegação de poder por seis anos sem que existam meios de controle pelos eleitores. Uma democracia direta teria podido revestir, na Nicarágua, a forma de um poder popular, respeitador da pluralidade política, mas garantindo um controle permanente dos cidadãos e a revogabilidade dos eleitos.

3. Tornam-se mais explícitas as ameaças contra a revolução cubana. Fortemente socialista desde a expropriação das multinacionais americanas, a economia cubana estava à beira da bancarrota no fim dos anos 60. Ela só se

Apesar da agressão imperialista, os sandinistas deram uma lição ao mundo ao não renunciarem à democracia, ao pluralismo político e sindical.

A defesa da revolução cubana ante as ameaças imperialistas não implica, de forma alguma, uma posição acrítica em face de sua direção.



Roberto Lugo

A rebelião palestina constitui um desafio permanente às forças de ocupação sionistas engajadas numa escalada repressiva que a opinião internacional não pode mais fingir que ignora.

As experiências neo-liberais no Terceiro Mundo têm significado um desastre pior que o das economias planificadas da Europa do Leste.

manteve à tona graças aos acordos com o COMECOM e à ajuda soviética. A redução desta ajuda tras o risco de provocar uma crise social e política. Apesar de graves cristalizações burocráticas, Cuba não pode ser assimilada, às ditaduras burocráticas da Europa do Leste.

Tanto em razão da realidade das conquistas sociais, como em relação aos outros países do continente, como pelo seu papel antiimperialista, sua direção mantém uma legitimidade revolucionária.

A defesa da revolução cubana ante as ameaças imperialistas não implica, de forma alguma uma posição crítica em face de sua direção. Pelo contrário, passa pelo apoio ao desenvolvimento da democratização na própria Cuba: pelo efetivo pluralismo político no quadro dos órgãos do poder popular, pelo direito de expressão e de informação, pela independência dos sindicatos face ao Estado, pela separação entre partido e Estado.

4. Há mais de três anos, o povo palestino encontra-se em estado de sublevação permanente nos territórios ocupados pelo Estado sionista em 1967. Esta Intifada representa uma reviravolta maior. É a primeira vez que as massas palestinas deixam de contar com os regimes burgueses árabes ou com a luta dos palestinos da diáspora, para se engajarem, eles mesmos, em luta generalizada, criar seus próprios instrumentos de mobilização, multiplicando toda espécie de comitês populares capazes de incorporar à luta cotidiana todas as camadas da população.

A Intifada constitui assim um desafio permanente às forças de ocupação sionistas engajadas numa escalada repressiva que a opinião internacional não pode mais fingir que ignora. Oferece um exemplo vivo às massas dos países árabes expostas à traição e à inércia de seus próprios governos. Ela exige de todos os trabalhadores e movimentos antiimperialistas uma solidariedade mais ativa à causa palestina.

A imigração massiva dos judeus da União Soviética para o Estado sionista lança-os em nova armadilha sangrenta. Os governos imperialistas e a burocracia soviética puzeram-se de acordo para canalizar esta imigração, ao proibir à maior parte desses imigrantes a escolha do país de destino, não lhes deixando outra opção senão reforçar a colonização da Palestina ocupada e aumentar a carne de canhão do expansionismo sionista. É portanto necessário exigir que todos os países do mundo abram fronteiras à nova vaga de imigração dos judeus da União Soviética e que o Estado de Israel lhes permita partir para o país de sua escolha.

• A IV Internacional afirma solidariedade à resistência nacional libanesa que combate a ocupação israelense e seus agentes locais no sul do Líbano. Pronuncia-se pela retirada completa e incondicional das tropas israelenses desse país.

• O direito do povo palestino a um estado soberano sobre seu território é incompatível com a exigência do Estado de Israel, fundada na expolição e na discriminação racial. Implica no desmantelamento do estado sionista. Implica também numa luta pela derrubada dos

regimes burgueses árabes aliados do imperialismo na região. Para o êxito desta luta, é necessário reconhecer a existência de uma comunidade nacional judaica estabelecida na Palestina e dissociar sua sorte da estrutura atual do Estado de Israel.

5. Na África, o peso da dívida externa, combinado com a corrupção das classes dirigentes que pilharam seus países, conduzem a uma pauperização absoluta dos trabalhadores, dos camponeses e das camadas populares. Depois de mais de 30 anos de regimes de partido único na maior parte dos países, mobilizações de massa obrigam as burguesias neo-coloniais no poder a aceitar o multipartidarismo, a liberdade de expressão e de associação, o princípio de eleições livres. Estas mobilizações são o resultado de fatores internos (efeitos insuportáveis das políticas ditas de ajustamento do FMI, descrédito crescente das camadas dirigentes repressoras e corrompidas) e externas (eco da queda de ditaduras estalinistas, manobras imperialistas para sobrepujar o risco de derubada brutal de seus aliados locais).

Entretanto, na falta de um movimento operário e revolucionário independente, estes movimentos encontram-se, na maior parte dos casos, sob a hegemonia de partidos populistas burgueses, alguns dos quais se reivindicam da social-democracia. A incapacidade dessas direções para propor soluções à crise, alternativas às do FMI, bem como seu compromisso com os poderes vigentes, vai conduzi-los a opôr-se às aspirações democráticas dos povos, à satisfação de seus direitos à alimentação, à saúde, à educação, ao trabalho e à cultura.

Já estamos assistindo à ruptura de sindicatos de trabalhadores com os partidos únicos e à formação de sindicatos autônomos de luta. Se a situação atual é favorável ao surgimento de correntes revolucionárias significativas, não é menos certo que a crise do estalinismo no Leste é interpretada, muitas vezes, como um fracasso do socialismo. Daí resulta uma confusão ideológica considerável no seio da esquerda africana que parece descobrir virtudes na social-democracia. Entretanto, em diversos países, na atualidade, partidos ligados à social-democracia internacional aplicam a política imperialista. O desfecho da luta entre o projeto revolucionário e as formas neo-coloniais ou liberais dependerá da capacidade dos revolucionários africanos de ligar suas reivindicações democráticas e sociais à luta contra o imperialismo mundial.

6. O capitalismo não se reduz às metrópoles imperialistas. Desde agora, as experiências liberais no Terceiro Mundo significam um desastre pior que o das economias planificadas da Europa do Leste. A retórica dos anos 70 sobre a "nova ordem econômica", as transferências de tecnologia, o desenvolvimento "autocentrado", ou o Plano Marshall para o Terceiro Mundo, virou fumaça. Os efeitos conjugados da crise econômica e das novas relações de força internacionais acentuam o desenvolvimento desigual e combinado entre os países e no seio dos países.

As novas formas de dependência, (tecnológicas, serviços) aprofundam-se junto, com uma crise agrária e urbana profunda. Esta reviravolta resulta na falência das direções reformistas e populistas numa economia mundial aberta e prepara o terreno para o desenvolvimento de um populismo religioso reacionário ou de um chauvinismo desesperado. O movimento operário, que conhece em diversos países um desenvolvimento dinâmico ligado à industrialização dos últimos decênios (Brasil, Coreia, África do Sul), conhece também casos de decomposição (Peru, Bolívia).

As tarefas que daí decorrem:

- uma campanha internacional prolongada pela anulação da dívida;
- uma mobilização contra as intervenções militares e contra as bases imperialistas (na América Latina, nas Filipinas, na África);
- o prosseguimento das ações de solidariedade com a Nicarágua e El Salvador, a luta contra o apartheid;
- a defesa da revolução cubana face às ameaças imperialistas.

Na próxima edição publicaremos a terceira e última parte da Resolução.

A crítica dos tempos



O pensamento vivo de Karl Marx - Leon Trotsky. Editora Ensaio. Editado em homenagem a Leon Trotsky por ocasião do quinquentenário de seu assassinato, este ensaio redigido na década de trinta analisa a experiência econômica e política dos Estados Unidos, sob a experiência do **New Deal**. É uma forte refutação da racionalidade do sistema capitalista, que ganha atualidade neste período de furiosa apologia do mercado.



A crise do capital - Os fatos e sua interpretação marxista - Ernest Mandel - Editora Ensaio.

É um brilhante e minucioso acompanhamento dos momentos de recessão e retomada do capitalismo internacional no interior da "onda longa depressiva" que desde o final dos anos sessenta marca a evolução do capitalismo. Um livro indispensável tanto por reunir uma massa de informações sérias e quadros estatísticos como uma análise globalizante e coerente da economia mundial.



A foice e o robô - Automação e luta operária. Eduardo Albuquerque. Página 7 Artes Gráficas.

"O livro de Eduardo Albuquerque é um útil e oportuno esforço no sentido de apontar algumas questões fundamentais de nosso tempo, como o são as referentes às relações entre o capital e o trabalho no campo específico da produção e da apropriação das novas tecnologias. Ele deve ser saudado por seus muitos méritos e pela postura libertária de sua proposta". Prof. João Antônio de Paula.

Novo livro de Michael Lowy

José Corrêa

Marxismo e Teologia da Libertação, de Michael Lowy, acaba de ser publicado no Brasil, pela Cortez Editora. Este pequeno livro foi originalmente editado em francês e inglês nos **Cadernos** do Instituto Internacional de Pesquisa e Formação, de Amsterdam (onde também foi publicado **O lugar do marxismo na história**, de Mandel, editado no Brasil pela Ed. Aparte).

Lowy é um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade, tendo publicado obras como **Método dialético e teoria política** (Paz e Terra), **Paisagens da Verdade** (publicado no Brasil pela Busca Vida com o título de **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**), **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários** (sobre Lukacs, publicado pela Ciências Humanas), **Redenção e utopia** (Companhia das Letras) e **Romantismo e revolução** (Perspectiva). Outras obras como a antologia **O marxismo na América Latina** e **O pensamento de Che Guevara** não foram ainda publicadas no Brasil.

Interessado nos processos que impulsionam os indivíduos à radicalização política e a se tornarem revolucionários, Lowy foi atraído pelo fenômeno da Teologia da Libertação na América Latina e Filipinas, que se transformou num caminho para a militância de milhares de pessoas. Daí é conduzido a se interrogar sobre o papel da religião. Será que ela ainda é "aquele baluarte do obscurantismo e do conservantismo que Marx e Engels denunciaram no século XIX?" Sua resposta para grande parte dos fenômenos nos religiosos é que sim. Mas a emergência do cristianismo revolucionário ilumina os limites desta visão tradicional.

Lowy argumenta: "Já é tempo dos marxistas se darem conta de que qualquer coisa de **novo** está ocorrendo. Um acontecimento de importância **mundial e histórica**. Um setor significativo da Igreja na América Latina - composto por fiéis e membros do clero - está mudando de posição no que se refere à luta de classes e se transfere com os seus recursos materiais e espirituais para o lado dos trabalhadores e da sua luta por uma nova sociedade".

"Aí existe um desafio teórico e prático para os marxistas. Pois o fenômeno demonstra as fraquezas da concepção marxista "clássica" de religião - em particular, em sua versão vulgarizada, reduzida ao materialismo e ao anti-clericalismo dos filósofos burgueses do século XVIII."

O livro de Lowy é a aplicação de conceitos e análises marxistas para compreender esse novo fenômeno, contribuindo para, neste processo, redefinir as próprias ideias, predominantes na esquerda, sobre a religião. Uma obra indispensável para entender uma dimensão importante do PT e do movimento dos trabalhadores no Brasil. □

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da *Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores*

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza
Reg.MTb nº 18663DRT/SP

Equipe de Edição: Caio França, Alvaro Alencar, Fernanda Estima, Caco Bisol, Adelaide Joia.

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 -Pinheiros-São Paulo-CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642 / Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1144 CEP 20.031/ Vitória: Pça. Quintino Bocaluva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921/Salvador: Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jorais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 2.000,00 () Apoio Cr\$ 4.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05.404 - São Paulo - SP

O movimento negro conseguiu desmistificar a noção de democracia racial no Brasil mas falhou até agora em enraizar-se na luta diária do povo negro.

PORTE PAGO

DR/SP ISR 40-2063/85
DR/RS ISR 49-083/88

IMPRESSO

Nilo Rosa

A história do negro no Brasil é uma história de resistência. Desde a chegada do primeiro negro ao Brasil, a resistência se fez presente. Fosse no campo ou na cidade, o negro resistiu de forma organizada, como nos quilombos ou de

forma desorganizada como nas lutas individuais.

Após a abolição, a resistência negra tomou outra feição. A luta pela sobrevivência diária sobrepôs-se a luta pela liberdade. Neste período, a luta arrefeceu-se. A Frente Negra constituiu-se num marco histórico na organização da comunidade negra no período da ditadura Vargas.

Na década de 70, o movimento negro reacendeu o seu espírito combativo com a fundação de várias entidades

ligadas a luta contra a discriminação e o preconceito racial. Destacou-se, nesta época, o Movimento

O vermelho

Negro Unificado (MNU), entidade de caráter nacional que procurou unificar nacionalmente a luta do negro.

Ao longo deste período, nos últimos dez anos, o movimento negro tem se pautado por constantes e sistemáticas

denúncias contra o racismo. Os instrumentos de efetivação destas denúncias têm sido vários: jornais, revistas, livros, televisão, manifestações públicas, seminários, congressos.

Democracia racial

O movimento negro foi competente na formulação dessas denúncias. Conquistamos a desmistificação da democracia racial. Hoje, no Brasil, não há quem defenda, seriamente, a existência desta ficção. Ao contrário, podemos afirmar que nos discursos de muitas autoridades, sejam políticas sejam intelectuais, já está incorporada a denúncia da discriminação e do preconceito racial.

Este competente discurso denunciatório, embora convencesse os brancos (classe média e intelectuais) e os negros de classe média da existência de racismo, não surtiu o mesmo efeito para o negro de classe baixa (operários, favelados, camponeses etc.). Ou seja, o movimento negro não tem sido capaz de formular um discurso mostrando a estes extratos super-explorados que o racismo os empurra para as piores condições de vida. Isto porque não falava no local em que se encontram os negros (favelas, presídios, prostíbulos etc.); isto é, não estava na luta

diária do negro, correlacionando o racismo com as causas da

miséria do povo negro. Falávamos nos auditórios, nas reuniões, nos debates intelectualizados, nos congressos semi-abertos.

Por outro lado, o movimento negro se isola das lutas gerais da sociedade. Não se aliou a outros segmentos sociais no combate às demais contradições de uma sociedade moderna que atrasam o avanço para uma sociedade igualitária, sem capitalistas, sem racistas e sem machistas. Este isolamento, faz com que o movimento negro assistisse passivamente o crescimento de organizações que lhe são posteriores, tal como o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Sem Terra e, mais recentemente, o Movimento dos Meninos de Rua.

Esse isolamento tem levado algumas lideranças do movimento a repetirem a cantilena de que a esquerda branca não discute a questão racial, o que não podemos negar. O que devemos nos questionar é: qual tem sido a função da esquerda negra, principalmente a que está fora dos partidos de esquerda?

O movimento negro encontra-se hoje formado de entidades atomizadas, espalhadas por todo o país, caracterizando-se todas, com raríssimas exceções, por falta de direção e conseqüentemente de perspectivas políticas.

O Movimento Negro Unificado - MNU tem se destacado do conjunto dessas entidades por apresentar um caráter nacional.

e o negro

Em seus doze anos de fundação, o MNU vem lutando, quase que isolado, pelo combate ao racismo, apresentando denúncias, participando de seminários, congressos etc. Mas o MNU não fugiu à regra do isolamento, da falta de inserção nos locais de sobrevivência do povo negro e da falta de um projeto político. Nos seus últimos Congressos, o MNU tem apontado para novas políticas. No Congresso realizado no Rio de Janeiro, foi aprovado um novo estatuto que lhe concede importantes instrumentos para ação concreta na luta diária do povo negro. Neste Congresso, também foi aprovado, após acalorado debate, a elaboração do projeto político da entidade, instrumento com o qual pretende ter uma visão global da sociedade sob o ponto de vista do negro.

Aponta-se ultimamente para a realização do **Primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras a realizar-se ainda este ano**. A falta de discussão política antecipada pode trazer um reparável prejuízo à qualidade dos debates no Encontro. Urge que seja aberto um amplo debate público sobre os temas que serão discutidos no Encontro.

África do Sul

Por outro lado é fundamental que os petistas negros projetem com toda força a questão racial no 1º Congresso Nacional do PT. No plano internacional, assistimos ao fim das lutas internas nos países africanos. Na África do Sul, o racismo vai lentamente assumindo nova feição. Estão sendo promovidas algumas alterações na legislação do apartheid, com o objetivo de escapar às tímidas sanções econômicas impostas pelos países ricos.

Na Europa e nos demais países desenvolvidos assistimos a um recrudescimento do preconceito e da discriminação racial contra as minorias que vivem nestes países. O que nos atinge a todos. □

Nilo Rosa é militante do Movimento Negro Unificado na Bahia.

